

EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano II • nº 92 • 29/11 a 5 de dezembro de 1979 • Cr\$ 20,00

O plano do
«pacto social»
de Delfim, ou ...



A CONSPIRAÇÃO ANTI - OPERÁRIA

(Págs. 8 e 9)

INPC — Dezembro
Os índices continuam sendo falsificados

(pág. 5)

O que foi
a Insurreição
Popular
de 1935

(págs. 10 e 11)

Pastoral Operária
e Oposição sindical
de Osasco
fazem balanço
da greve.

(pág. 7)

O PT e a
reforma
partidária

(pág. 3)

eleições estudantis em minas

Em Belo Horizonte, o movimento estudantil viveu mais duas eleições para entidades gerais. Na Universidade Católica, após a renúncia da diretoria do DCE - gestão Unidade, 4.500 estudantes foram às urnas eleger a nova diretoria da entidade central. Novação, que saiu como chapa única, recebeu 4.220 votos — 94% do total — numa eleição onde o crescimento desta tendência foi notável. Novação conquistou assim o terceiro DCE em Minas Gerais, já que os DCEs das Universidades Federais de Belo Horizonte e Juiz de Fora estão sob sua direção.

No movimento secundarista, uma boa surpresa nos mostra o crescimento deste setor nas lutas populares: se no ano passado apenas 400 estudantes haviam votado para a União Municipal dos Estudantes Secundaristas — UMES — a participação esse ano cresceu mais que expressivamente, com 7.209 votos. A chapa Organizando — composição próxima à Novação — foi a grande vencedora da UMES, com 5.123 votos. Atuação, que é próxima a Liberdade e luta, ficou em segundo lugar com 1.824 votos.

Os estudantes secundaristas têm mostrado sua crescente organização, como no Encontro Nacional de Estudantes Secundaristas, realizado em outubro, onde compareceram delegações de 17 estados do país. Agora, a nova diretoria da UMES já começa uma nova luta: pelo passe escolar nos ônibus urbanos. (Sérgio Aspahan)

presos fazem greve de fome

Quando se fala da situação carcerária do país são desnecessários os preâmbulos. O inferno Lenos de Brito, desativado depois da rebelião dos presos. A superlotação na Casa de Detenção: 7.000 e tantos presos para uma capacidade de apenas 2.200 indivíduos. (O pavilhão 9 que tem capacidade para 538 pessoas abrigava, em novembro de 1976, 2.815 presos).

Quinta-feira, dia 22 de novembro, todos os 1.000 e tantos presos dos 3 pavilhões que compõem a Penitenciária do Estado de São Paulo recusaram o almoço que lhes foi servido pelos "boieiros". É um preso quem conta: "Antes eles estavam pagando uma comida temperada, um bife, isso e

aquilo. De uns tempos para cá a comida veio piorando. Começaram a pagar uma carne picada que até cheirava mal. Músculo cheio de nervos. O feijão e o arroz vinha cheio de pedras, daquelas de fazer barulho em bacia de alumínio. Verdura amarga que nem coelho é capaz de comer. Então no recreio, no trabalho, de cela em cela nós resolvemos parar... de comer, recusamos. E na quinta-feira tudo de volta pra cozinha. Houve até um comunicado da diretoria pedindo para os presos manterem a calma e prometendo que a comida ia melhorar. De noite eles já pagaram uma comida melhorzinha, um ovo frito..."

(CPF)

novas denúncias de torturas no sul

Logo após surgirem publicamente as denúncias contra as torturas aos presos políticos no Brasil, aos locais clandestinos onde se realizavam e, hoje, a manutenção desse aparelho repressivo praticamente intacto, uma outra face dessa máquina começa a aparecer por meio da boca das próprias vítimas.

As primeiras denúncias das atrocidades policiais cometidas contra presos comuns começam a ser investigadas. Um funileiro, residente em Porto Alegre, chamado Marco Aurélio Assmus acusa quatro policiais de o terem torturado violentamente e que seus familiares tiveram que conseguir quarenta mil cruzeiros para obter sua liberação. Em Santo Angelo, interior do estado, toda uma família acusa cinco policiais por prática de torturas. Porém o caso mais impressionante é de Juarez Rosa da Silva, o "Divéia", que acusa policiais da Delegacia de Furtos e Roubos de Porto Alegre de o terem espancado e, depois, de ser levado ilegalmente para o Hospital São João da Reserva, em São Lourenço do Sul. Divéia, depois de solto, foi ameaçado de morte por aqueles policiais, no entanto, optou por denunciar na imprensa aqueles fatos.

Essa denúncia chegou até a Comissão de Constituição de Justiça da Assembleia Legislativa, que em sua reunião de 21 de novembro, ouviu o depoimento completo de Divéia. Foram cinco horas de relato minucioso

sobre as condições de sua prisão, as torturas, os mecanismos policiais para acobertar tais práticas e a impunidade dos torturadores.

Juarez, de vinte anos, tem dois filhos e trabalha como marceneiro. No dia 12 de outubro, data de sua prisão, os policiais o procuraram em sua casa sob a justificativa de que ele sabia do paradeiro de Baleia, procurado pela polícia. Levado para a Delegacia de Furtos, logo em seguida foi conduzido "à sala de pau", local descrito por Juarez como verdadeiro arsenal de torturas. No mesmo prédio se situam o DOPS e a Secretaria de Segurança.

Depois de alguns dias, durante os quais permaneceu sob tortura, foi levado para o hospital de São João da Reserva e levado diretamente para o quarto número 26, sem que tivesse sido identificado, como se o quarto já estivesse requisitado para este tipo de operação.

No depoimento à Comissão da Assembleia, a todo momento Juarez identificava a sala de torturas instalada no prédio da João Pessoa, esquina Ipiranga, hermeticamente fechada, tendo como abertura somente uma porta, o que tornava impossível alguém do lado de fora ouvir os gritos dos torturados. Com essas denúncias públicas vêm à tona uma outra realidade, que agora não ficam só no terreno das suposições.

indulto: mais uma mentira da ditadura

Quando o general Reynaldo Melo de Almeida, presidente do Supremo Tribunal Militar, apareceu na televisão falando do indulto do governo, que beneficiaria também os presos políticos, muita gente (não os presos) se iludiu. Mesmo sabendo que os presos já tinham se manifestado anteriormente contra o indulto, e apesar das informações incorretas transmitidas pelo general Reynaldo, que incluía entre beneficiários do indulto pessoas que já tinham saído da cadeia, como Manoel Henrique Ferreira, em liberdade condicional, os grandes jornais entraram na onda e publicaram a versão oficial.

No da seguinte, os próprios presos, o Comitê Brasileiro de Anistia, o Movimento Feminino pela Anistia, a Ordem dos Advogados do Brasil e até o próprio general Reynaldo desmentiram o alcance do indulto, que na realidade não poria na rua nenhum preso político. Todas as entidades que lutam pela anistia ampla, geral e irrestrita — com exceção, por enquanto, da Igreja — se manifestaram contra a manipulação das informações por parte do governo.

Mesmo assim, os presos que saíram recentemente, entre os quais Aton Fon Filho e Francisco Gomes da Silva, que esperavam há tempo o alvará de soltura, em liberdade condicional requerida muito antes do indulto, foram dados como se tivessem conseguido sair da cadeia utilizando o decreto do governo.

Para sair da cadeia, nenhum dos atuais presos políticos precisa de indulto. Os que têm a situação mais complicada, por exemplo, Luciano e Rholine, presos em Itamaracá (Pernambuco), assim como os demais, só precisam do rápido funcionamento da burocracia judiciária para conseguirem a liberdade condicional, adequando suas penas à nova Lei de Segurança Nacional.

No Rio de Janeiro, os seis últimos presos políticos já pediram liberdade condicional, independentemente de indulto, sendo que três deles chegaram a recusar formalmente, ao Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro o indulto ou redução de pena determinada por esse decreto.

O documento assinado por José Roberto Gonçalves de Rezende, Gilney Amorim Viana e Perly Cipriano diz: "Essa atitude é um protesto contra a farsa e a mistificação do indulto alardeado pela propaganda oficial como sinal de 'generosidade' do regime. Em verdade este indulto serve mais aos interesses do regime, pois que não liberta a nenhum dos presos políticos. Ao mesmo tempo procura fazer crer que é uma complementação da Anistia Parcial, consumando a manobra de não reconhecer a nossa militância política, e ao mesmo tempo tentar esvaziar a luta pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA".

Enfim, o "indulto" do governo — não desprezível para os presos comuns — em relação aos presos políticos, além de contrariar as vontades dos próprios presos, não beneficiará ninguém a não ser o próprio governo, para efeito de propaganda. Quem está saindo da cadeia, sairá de qualquer forma e poderia até ter saído muito antes, não fosse a morosidade do funcionamento da Justiça, aparentemente — em alguns casos — proposital, para que o indulto não alcance as cadeias já vazias. Basta ver o caso de Alex Polari e José Roberto Rezende, que estão num sai-não-sai há cerca de três meses e que quando saírem ainda poderão ser vistos — injusta e falsamente — como soltos pelo indulto, coisa que nenhum deles quer.

(Rezende Valadares Neto)

mais censura no oficina

Pouco contente com a suspensão do Coro do Te-Atto Oficina, há algumas semanas, a censura federal interditou o espaço do teatro para qualquer atividade, por tempo indeterminado, "segundo ordens superiores".

Esta ofensiva da censura começou faz algum tempo, quando o grupo que apresenta o "Ensaio Geral do Carnaval do Povo", viu-se constantemente agredido por proibições de apresentar o espetáculo, detenções ilegais e, inclusive, agressões físicas; finalmente, o "coro" teve suas atividades artísticas suspensas por 180 dias em todo o território nacional. Só que o "coro" é apenas uma parte do movimento cultural do Oficina: o espaço do teatro é utilizado para exposições de filmes, shows, forrós, etc. Daí a censura resolver interditar o espaço (sic) do teatro Oficina à qualquer atividade na última sexta-feira, dia 23, três horas depois do próprio chefe da censura, em exercício, liberar o show

de Paulo Vanzolini e Maranhão, para aquele mesmo dia.

A primeira peça encenada profissionalmente pelo Oficina "A Vida Impressa em Dólar", em 1961 foi interdita pela censura com mais ou menos os mesmos argumentos. Em 1968, os atores de Rôda Viva foram espancados. Em 1973, José Celso foi preso, acusado de assaltar bancos! No mesmo ano, o Teatro Oficina foi invadido por forças policiais como antro de tóxicos. E agora proibições, invasões, detenções. Quando a censura federal será julgada por seus arbítrios?

Os sindicatos de artistas do Rio e Rio Grande do Sul já enviaram moções de solidariedade. Dia 26 foi realizada uma assembléia do Sindicato dos Artistas de São Paulo para tomar uma posição quanto ao que fazer. A luta a favor do Oficina é uma luta a favor da cultura popular brasileira. O show de Paulo Vanzolini será dia 30, às 20:30 horas na Fau-Usf.

morre arruda câmara, líder do pc do b



Diógenes Arruda Câmara ia de carro com o secretário-geral do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, que havia acabado de desembarcar em São Paulo após três anos de exílio, rumo ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, quando sofreu um ataque cardíaco. Seria o terceiro e fulminante ataque cardíaco sofrido por Arruda. Ele morreria momentos depois, quando ainda recebia os primeiros socorros no hospital mais próximo. Era domingo, 25 de novembro de 1979.

Militante do Partido Comunista desde 1934, Diógenes Arruda Câmara se integrou ao Comitê Central em 1943. Em 1961, 62 participou, junto com Pedro Pomar e João Amazonas, do racha (ou "reconstrução", como querem seus militantes), do Partido Comunista do Brasil — PC do B. Foi amigo pessoal de Stálin, e muitos o qualificavam como "um dos maiores stalinistas vivos".

Foi preso durante o Estado Novo e em 1971, tendo sido vítima de torturas em ambas as prisões. Em 1958 foi eleito em São Paulo deputado federal. Havia voltado do exílio há menos de um mês.

Seu enterro foi acompanhado por quase 500 pessoas, das centenas que passaram por seu velório. O cortejo foi acompanhado por José Duarte e Elza Monnerat, membros do Comitê Central do PC do B. João Amazonas "foi poupado da forte emoção" conforme disseram a amigos de Diógenes Arruda Câmara e acabou não indo até o cemitério.

(Sérgio Alli)

ameaça de expulsão na puc gaúcha

A reitoria da Universidade Católica — PUC — do Rio Grande do Sul trançou a matrícula e ameaça a expulsão de dois estudantes, membros da diretoria do DCE. Os dois, Francisco Aguiar e Ivanir Bertot, integrantes da Comissão de Cultura do DCE estão sendo responsabilizados por uma Comissão de Inquérito instaurada pela reitoria de promoverem dentro da Universidade atos "atentatórios à moral e aos bons costumes".

O que aconteceu naquela pudica Universidade é que os estudantes apresentaram a peça teatral "Era uma Vez um Rei", produção coletiva do grupo Oi Nos Aqui Traveiz, já liberada pela censura, onde durante a encenação um dos atores fica parcialmente nu.

Para os estudantes o moralismo da reitoria da PUC não é em nada voltado para o passado, mas pelo contrário, seu objetivo maior é intimidar os estudantes e tentar conter o avanço das mobilizações e o fortalecimento de posições combativas junto aos estudantes, expulsando companheiros das direções. E no momento em que a Santa Inquisição baixou também é propício: a maior parte dos estudantes já está em férias ou terminando seus exames, o que dificulta uma reação mais massiva.

Mas a resposta dos estudantes já está dada: "imoralidade é o baixo nível de ensino e o alto custo das anuidades". Continuam reafirmando suas posições e buscando apoio em todos aqueles que hoje continuam na luta por liberdade de organização e expressão. (Sucursal de Porto Alegre)

a moral e a repressão

Além de existirem poucas casas de estudantes, as que existem estão permanentemente ameaçadas de fechamento. É o caso da Casa de Estudantes de Agronomia e Veterinária da UFRGS. Atualmente a casa sofre um corte de verbas, determinada pela reitoria, até que se apurem supostas irregularidades administrativas, que até agora não foram indicadas pelo reitor.

Mas o pano de fundo é outro. A história começa em setembro deste ano, quando quatro mulheres, estudantes das duas faculdades, se propõem a morar na CEFAV. Contrariando as normas morais estabelecidas, em outubro duas delas passam a habitar a casa. Daí começaram as pressões constantes da reitoria, com ameaças quase diárias nos gabinetes burocráticos à diretoria estudantil da casa. Iam desde os tradicionais apelos à moral até o simples corte de verbas caso não fossem cumpridas as determinações e vontades da burocracia.

Do lado dos estudantes moradores da casa, aquele período foi de intensa agitação, com assembléias semanais, criando uma disposição de não recuar frente às ameaças. Em novembro, os apelos orais passaram ao fato consumado. A reitoria simplesmente corta as verbas da casa, criando múltiplos problemas não só aos moradores, mas também aos funcionários. Os estudantes tem sob ameaça o seu próprio local de moradia e os funcionários os seus salários.

O ato de boicote mostra claramente de que lado a moral e éticas da burguesia estão: fora de seus saraus internos, sobrevivem os seus atos de arbitrio.

**ELA É BRASILEIRA.
ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES
URUGUAIOS DESDE 1972.**

O GOVERNO
BRASILEIRO E
CADA UM
DE NOS
É RESPONSÁVEL

**LIBERDADE
PARA
FLÁVIA**

O jogo começou

Logo após a votação da reforma partidária, o quadro dos partidos delineou-se como já estava previsto, sem maiores novidades. Contudo, no campo do PT, é hora de definições.

Por Flávio Andrade

Foi como um destampar da panela de pressão. Tão logo a reforma partidária foi votada, no dia seguinte, veio já à tona o perfil praticamente definitivo do quadro partidário desta democracia relativa.

Numa ponta, o **Arenão** ou partido do governo, pretende ter a maioria absoluta — metade mais um pelo menos — do Congresso, tanto na Câmara como no Senado. E ao que tudo indica conseguirá. Principalmente agora, que o Planalto parece voltar atrás, prometendo, através do veto de Figueiredo, manter a sublegenda, o que dará maior poder de atração para o guarda-chuva oficial.

Como partido estritamente fisiológico, desprovido de qualquer recorte ideológico, os próceres arenistas, até agora, não se preocuparam em definir, minimamente que fosse, as propostas programáticas de seu futuro partido.

Em seguida, subiu à tona o **partido do "Doutor Tancredo"** em aliança com udenistas liderados por Magalhães e carregado atrás de si toda a trupe de adeptos do antigo MDB. Na segunda-feira, Tancredo, num discurso no Congresso, definiu suas metas: nada de radicalismo, "nem de direita nem de esquerda"; queremos, isto sim, um partido de oposição, porém "leal". Como o figurino já previa, um partido apto à alternância no poder — "leal" portanto às diretrizes maiores do governo — adequada à camuflagem da essência ditatorial do regime.

Ainda na semana passada, em Brasília, o **PTB**, depois de horas de reunião, dava a público mais um manifesto, agora com vistas ao processo de registro formal junto ao Tribunal Eleitoral. Nenhuma surpresa todavia. Afirma-se a profissão de fé no "socialismo democrático", retoma-se as "glórias do passado" etc. A questão para os trabalhistas está atualmente na sua dimensão. O mais provável é que ela seja bem mais reduzida do que se pensou. Lideranças eleitorais como Franco Montoro, Pedro Simon e outras tantas, depois de muito vacilarem, parece que ficarão mesmo no sucedâneo do MDB. E as tentativas do PTB formar uma frente junto ao espólio do MDB estão frustradas, por negativas de parte a parte. Nem Brizola abre mão da sigla PTB nem os "populares" do MDB querem a presença de Brizola entre os seus, dada sua trajetória recente, em alguma medida sintonizada com o Planalto.

À esquerda, ficará então, o **substituto do MDB**. Ulisses Guimarães, os chamados "não alinhados" — pelo menos em parte — os autênticos históricos e os populares. Porém, numa esquerda tão somente relativa. Por exemplo, no início da semana, em São Paulo, as lideranças do futuro partido divulgavam princípios políticos complementares à declaração

que Ulisses Guimarães já fizera anteriormente, logo após a votação da reforma. O conteúdo é de caráter claramente democrático radical; não mais que isto. O partido pretende ser um instrumento para as maiorias, contra o regime de arbítrio instalado no país e seu modelo econômico dependente e concentrador. Quanto às metas estratégicas pretendidas, nada claro. O partido se define muito mais pela negativa do que aiestá do que pela afirmação positiva de alguma proposta.

E neste terreno perde evidentemente para o PTB com seu "socialismo democrático". O que o salva, colocando-o relativamente mais à esquerda no leque partidário é sua postura mais combativa frente aos apelos conciliatórios do regime, como deixou claro Ulisses em seu discurso da semana passada: como conciliar com um governo que nos extingue arbitrariamente?

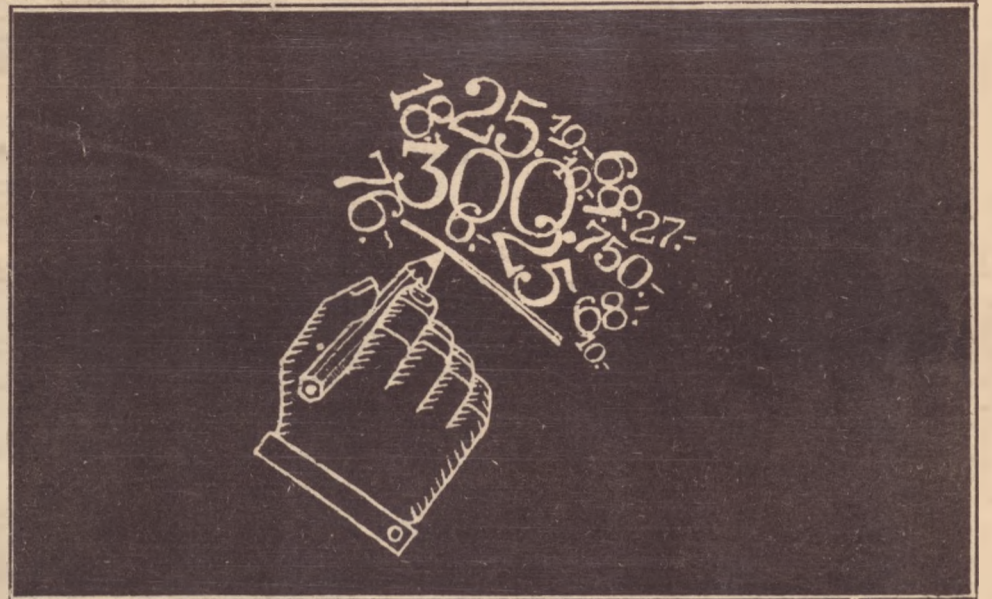
Mas se esta combatividade deve aumentar com relação ao que foi o MDB, não se deve contudo esperar mudanças substantivas de postura. Principalmente porque, a entrada em cena, progressivamente, de questões sócio-econômicas em detrimento das estritamente políticas, tende a fazer do democratismo uma política estéril para os tempos que virão.

As perspectivas do PT

Neste quadro, como fica agora o **Partido dos Trabalhadores**? Como já era esperado, as adesões parlamentares, por alguns são sonhadas, não apareceram. Na hora do pega, cada parlamentar segurou firme numa legenda sem riscos. E assim, ficou demonstrado, não há um setor classista neste Congresso que aiestá. A via que resta para o PT é portanto a do partido em organização, buscando sua institucionalização plena nas eleições de 82.

As reuniões informais de dirigentes que têm havido em São Paulo, bem como as declarações de várias lideranças são confirmadoras desta perspectiva. O clima interno na articulação não é portanto de desânimo frente aos rigores da lei e ao isolamento parlamentar.

Há uma reunião da direção, marcada para o próximo dia 8, quando a estratégia de construção do partido e sua legalização e institucionalização vão ser avaliadas, e possivelmente reorientadas em alguma medida. Os dirigentes paulistas acreditam necessário o preenchimento imediato do espaço institucional, e para tal seria oportuno o lançamento nos moldes legais — um manifesto, um mínimo de 101 subscritores e uma comissão coordenadora, tudo de acordo com a legislação específica — que pudesse retirar a proposta da faixa semi-legal que ela ocupa



atualmente, dando-lhe outra respeitabilidade frente aos demais partidos.

Dai para a corrida institucional no prazo dos 12 meses que a lei define não será contudo um passo imediato. Os dirigentes em questão acreditam que para entrar nesta contagem regressiva seria necessário um acúmulo prévio de forças. E esta seria extremamente difícil e burocrática nos marcos dos Diretórios, Convenções etc. definidos pela Lei Orgânica dos Partidos.

Para superar tal impasse — pois a via da Lei Orgânica poderia sufocar, já no nascedouro, um partido de massas e militante — está se pensando que este período de acumulação de forças poderia se dar dentro da moldura legal de uma associação civil com uma definição estatutária mais democrática e condizente com o tipo de partido que se almeja. Assim, o manifesto e demais complementos legais imediatos visariam apenas registrar uma intenção de institucionalização, a qual, no entanto, somente teria seus desdobramentos finais num momento futuro ainda a ser avaliado.

Neste quadro, o prioritário agora continua sendo a organização e expansão do Movimento pelo PT. E para tal toda força será dada às Secretarias recém criadas e à montagem de uma infraestrutura para a articulação.

Os problemas atuais

Porém, nem tudo são rosas no caminho do PT. Para além de uma certa inorganicidade caótica ainda prevalente na direção, há dois problemas que se vislumbram e que devem ser enfrentados já. De um lado, tem que ser encontrada uma solução para as divergências internas que começam a surgir e se avolumar, oriundas da relação sempre conflituosa

entre um certo frentismo de esquerda e o estrelismo nada democrático de algumas lideranças. De outro lado — e mais grave ainda, se se quer o PT crescendo em sintonia com o movimento de massas — está a dificuldade que o Movimento vem encontrando para definir uma política clara e explícita.

A omissão diante das greves e o episódio agora, do envolvimento de Lula pelas manobras sigilosas de Delfim Neto, são fatos de inegável desgaste para o PT. Prevalecendo esta situação, o PT jamais crescerá junto com o movimento social, ou então, crescerá freando-o.

O pior contudo, é tentar transformar estes vícios, omissões ou erros em virtudes, como tem feito Jacó Bittar, coordenador da direção. Ouvido por **EM TEMPO**, Jacó afirmou que tem a seguinte posição, ainda que aberto ao debate: "o PT não deve ter uma linha sindical própria e explícita sob risco de transformar os sindicatos em correia de transmissão dos partidos. A presença de membros do PT na luta sindical é já uma linha implícita e correta". Ora, seria de se perguntar, para que então um partido?

Esta identidade abstrata entre **partido e partido aparelhista** do movimento de massas, reflete bem o nível precário das posições e debates atuais na direção do Movimento.

Nestes dois níveis, o da maneira de tratar as divergências internas e o da vinculação com o movimento de massas, o PT patina e corre riscos sérios. O primeiro problema pode, se mal conduzido, levar a uma explosão prematura e fatal para o crescimento do partido. O segundo, caso persista e se agrave, pode se materializar numa tendência reformista e parlamentarista para o PT, matando assim no nascedouro as ricas virtualidades revolucionárias que o projeto apresenta.

É hora de abrir debate sobre estas questões.

Rio Grande do Sul Tendência Socialista realiza convenção

Após um ano de fundação, e para responder à nova conjuntura político-partidária, a Tendência Socialista do ex-MDB/RS realizou domingo, 25 de novembro, na sala da Maioria da Assembleia Legislativa, sua Convenção Anual Ordinária.

Em torno de oitenta membros da TS, representando as várias frentes de trabalho, na Grande Porto Alegre e algumas cidades do interior, discutiram a nova conjuntura pós-reforma partidária, um balanço de sua experiência e as perspectivas futuras.

Entre as principais resoluções da Convenção foi aprovada a manutenção orgânica da TS independente da extinção do Movimento Democrático Brasileiro. Para os convencionais, a coesão alcançada e a experiência vivida dentro do ex-MDB e, principalmente, o trabalho político das várias frentes no meio estudantil, sindical, de bairros, e com a imprensa independente, são suficientes para justificar e aprofundar os vínculos orgânicos e programáticos entre seus membros.

Outra importante resolução foi ratificar a posição, já anteriormente definida pela Coordenação Estadual, de total engajamento no Movimento pelo PT. Orientação que os núcleos da TS já vem desenvolvendo há vários meses.

A Convenção também deliberou sobre a alteração na estrutura interna da TS tendo em vista a nova conjuntura, a extinção do MDB e a integração de seus militantes na prioritária tarefa de desenvolvimento do Movimento pelo PT. Para uma maior agilização e pela necessidade de concentrar esforços nessas tarefas prioritárias, a Coordenação Estadual e a Secretaria Executiva foram transformadas em uma única Coordenação de onze membros.

Fruto da indefinição do quadro partidário e da necessidade de uma avaliação mais precisa do próximo período, o Encontro dos socialistas definiu uma nova Convenção Extraordinária para o mês de janeiro de 1980, ocasião em que o próprio programa da TS será objeto de análise e aprofundamento. Enquanto isso, a TS joga todos seus esforços na "organização do Movimento pelo PT, forma correta de concretizar a luta pela total liberdade de expressão e organização partidária".

Minas

Foi elaborado e está sendo discutido um projeto de estatutos da Associação Mineira de Estudos e Ação Política (AMAP) que terá por objetivo "promover estudos e debates sobre a realidade nacional e participar ativamente da criação de um partido político que represente os trabalhadores brasileiros e seja instrumento legítimo da defesa de seus interesses e reivindicações". A Associação dará guarida legal para o Movimento pelo PT em Minas, bem como facilitará a sua instalação em sede própria.

Já neste final de semana prosseguiram as reuniões de núcleos em formação em bairros de periferia de Belo Horizonte como no Eldorado, Novo Eldorado, Petrolândia, 1.º de maio, Bairro universitário, Riacho e Barreiro de Cima. Além disso, continuam se reunindo regularmente os núcleos dos bancários, professores e metalúrgicos.

Enquanto isso, na coordenação Regional e nos núcleos se discute a oportunidade da realização da próxima reunião Regional na data pré-fixada (9 de dezembro), ou o seu adiamento visando ampliar e democratizar a sua participação. Neste caso, ainda em dezembro, seria realizado um seminário sobre o Partido dos Trabalhadores.

São Paulo

No próximo dia 9 deverá se realizar em São Paulo a primeira reunião plenária estadual de militantes do PT. A reunião foi proposta depois que o processo de nucleação na região avançou o bastante para dar origem a uma comissão de nucleação, internúcleos, como tem sido denominada, que já vem se reunindo periodicamente há meses. Agora, conjuntamente com a Secretaria de Organização, avaliou-se ser o momento oportuno para um balanço mais geral da articulação a nível do Estado.

A pauta da plenária consta de vários itens, entre eles uma avaliação da conjuntura política, em particular do movimento de massas. Além disto

Noticias do PT

serão debatidas também as experiências de nucleação em marcha, a organização mais formal do Movimento no Estado, as campanhas e serem levadas no momento etc.

Para a reunião estão sendo contactados e chamados todos os militantes do Movimento pelo PT no Estado.

São Bernardo

Em São Bernardo do Campo já se alugou uma sede para o Movimento pelo PT, a partir de uma cotização entre militantes locais. A inauguração oficial da sede se dará no próximo dia 1.º às 20 horas. A sede fica na Praça Lauro Gomes. Para a oportunidade, os promotores do evento estão prometendo um ato de massas.

Trabalhadores, cuidado!

No último dia 23 a direção nacional do Movimento pelo PT divulgou uma nota oficial a propósito da corrida partidária deflagrada após a aprovação da reforma partidária, alertando os trabalhadores contra os tradicionais caçadores de votos.

"O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, diante da aprovação do projeto de reforma partidária, enviado pelo governo ao Congresso Nacional, traz a público, na voz da Executiva Nacional Provisória, sua posição.

"Ela é clara e inequívoca. Esta reforma quer dizer como e onde o trabalhador deve se organizar. Quer que a participação política do trabalhador se limite ao voto dado a partidos que ele não controla.

Trabalhador da cidade e do campo: não engrosse as fileiras dos partidos que sempre nos enganaram. Teu partido, a expressão de teus interesses, é o Partido dos Trabalhadores. Aqui é você quem decide. Lutar com ele é lutar pela total liberdade partidária. Lutar com ele é participar, desde já, das decisões políticas nacionais. Ingresse nos núcleos do PT que estão se formando em todo o País. Esta é a maneira de organizar a tua força e ampliar a tua voz.

Os trabalhadores não abrem mão do direito à manifestação e organização política. O PT reivindica, desde já o direito a uma expressão parlamentar própria e independente de outros partidos. Para tanto, utilizaremos todas as brechas existentes.

• Lembramos entretanto que nosso partido já está registrado no coração dos trabalhadores de nosso País.

• A luta continua.

• Viva o Partido dos Trabalhadores.

• Comissão Executiva Nacional, 23 de novembro de 1979".

Os rumos da ditadura

A "democracia blindada" do general Figueiredo

A reformulação partidária restrita de um lado, e a repressão, contenção e isolamento do movimento operário e popular de outro, são os dois pilares do projeto de "democracia" que os militares têm em mente para o período.

Por Flávio Andrade

Aprovada a reformulação partidária, os estrategistas do Planalto venceram mais uma etapa em seu plano de efetuar a transição controlada de um estado de exceção para uma "democracia relativa". Não somos daqueles que adotam a "visão policial da história" e pensam que tudo que acontece no país foi antes esquematizado na cabeça do general Golbery.

Basta ver quais eram seus projetos — dele e de toda a equipe do poder, evidentemente — há poucos anos atrás, para se dar conta de como nossas imitações de Maquiavel foram obrigadas a alterar seus planos para não perder as rédeas dos acontecimentos. Nem a anistia parcial nem as reformulações na política salarial e nem a tolerância diante das oposições populares eram admitidas há pouco mais de um ano. Se é justo denunciar a falsidade da "democracia controlada" não é menos justo reconhecer as alterações de qualidade que vêm se efetuando no sistema político brasileiro e que não estavam contempladas nos planos originais dos donos do poder.

O projeto Figueiredo

Diante do crescimento das forças de oposição, a condição para que a equipe dirigente mantivesse a iniciativa e o controle da situação foi que operasse uma mudança em seus projetos. Durante o governo Geisel, o plano que os orientava podia ser caracterizado como de "institucionalização da ditadura". Ou seja, o poder de decisão continuava monopolizado pelo alto comando das forças armadas, mas abriam-se canais para que vários setores civis (sobretudo da grande e média burguesia) manifestassem formalmente seus pontos de vista e exercessem legitimamente pressões em defesa de seus interesses. Descompressão da censura, das ameaças sobre o congresso, afirmação de garantias jurídicas elementares, foram medidas que encaminhavam nesse sentido. Mas já na passagem para o governo Figueiredo — quando as massas voltaram a ser um componente obrigatório do cenário nacional — assistimos uma lenta, pragmática e ainda nebulosa passagem a um novo projeto, do que poderíamos chamar de "democracia blindada". O chamado "sistema" é formalmente desativado (na verdade passa a atuar como importante grupo de pressão) e os mecanismos de poder passaram a depender das articulações de forças políticas "representativas". Com dois limites, "que ninguém é de ferro": 1) os mecanismos da representação devem ser estritamente controlados por cima (aqui entra a legislação dos partidos); 2) os mecanismos de exceção permanecem à mão para qualquer eventualidade.

E muito difícil prever o funcionamento concreto desse regime, porque sua viabilidade ou mesmo a forma que pode revestir não se encontra na cabeça de ninguém: depende dos resultados das lutas sociais em curso. Mas para o regime, o fundamental é dispor de um sistema de partidos capaz de limitar a "alternância no poder" à eventual troca de lâchadas mantendo o mesmo edifício.

Ampliando os convidados

A "reformulação partidária" cumpre o objetivo de criar condições para a formação de partidos aliados ou mesmo alternativos, "de reserva". Nas condições atuais de evidente desgaste do poder, é preciso um amortecedor entre o poder e o povo.

Para isso o regime amplia a mesa de convidados ao banquete real mas quer controlar bem a porta de entrada. As restrições da nova lei já foram



A repressão aos grevistas: uma constante.

suficientemente apontadas: além das limitações ideológicas de praxe, alimentadas por um anti-comunismo do tempo do onça, vem marcada por um elitismo na preservação das máquinas partidárias montadas nos anos do arbitrio. O privilégio para a criação dos partidos cabe aos congressistas. Além disso, a exigência de 5% dos votos em 9 Estados como condição para obter o registro e não perder os mandatos atua a favor dos aparelhos e oligarquias que já florescem à sombra do poder.

Aprovada a lei, começou a corrida. Nesse torneio oligárquico e Arena leva vantagem notória, com o apoio do governo federal, 21 governadores e cerca de 210 deputados, sem falar do corpo militar. O partido de Tancredo Neves de saída já leve os chaguistas e um bloco de "moderados" do MDB que, somados, chegam por volta dos 70 deputados. Além do governo da Guanabara o partido de Tancredo deve atrair boa parte dos "dissidentes" da Arena, levados por Magalhães. É que a manutenção da sub-legenda, ao permitir que as rivalidades municipais no partido governista se resolvam sem quebra da fidelidade ao planalto, esvazia enormemente suas chances em faixa própria. Seriam mais uns 30 deputados e vários políticos de influência e intimidade com o poder a reforçar o chamado "partido democrático". Aparecendo como "oposição razoável", pode ser para o Planalto um aliado nos momentos difíceis e até uma eventual alternativa se o substituído do "maior partido do ocidente" também for pro brejo.

Mais à esquerda o PTB, com cerca de 40 deputados segundo os veículos atuais, e procurando isolar a esquerda propriamente dita, atuando em faixa própria para ser também outra alternativa eventual para o regime. E o herdeiro do MDB, hoje com cerca de 80 deputados, mas sofrendo um forte desgaste. Ambos disputam agora a adesão de Montoro.

Sem entrar agora nos detalhes, o importante é que o regime obtém uma correlação de forças no sistema político que lhe dá maior tranquilidade. Mas seu problema é como mantê-la numa situação em que as massas populares adquirem consciência política e não estão nada satisfeitas. Até aqui a preservação da maioria vem sendo assegurada pelo fato de que os postos políticos dependem mais das

benesses do poder do que da representação popular. Vejam a quantidade de prefeitos e deputados que se elegem pela oposição e se bandeiam para o governo por motivos misteriosos (não é mesmo Maluf?). Mas a politização popular não assegura que o governo possa sempre confiar nesses esquemas.

Enquanto um novo milagre não vem...

Enquanto a burguesia gozava das delícias do milagre não pensou nas virtudes da democracia. As da Oban eram maiores. Se agora vem chamar parceiros e pedir participação é porque se trata de pagar as contas da farra. A Secretaria do Planejamento já admitiu esta semana que "a inflação este ano pode superar os 70%. Mas na verdade só a alimentação conheceu uma elevação de preços entre outubro de 78 e outubro de 79 de 72%. Nada indica que a situação vá melhorar. O aumento brutal da gasolina só anuncia vários outros que dependem dela. Não é por acaso que Delfim foi usar toda sua argumentação ante os governos árabes. Conseguiu aparentemente assegurar o fornecimento da cota de importação do petróleo a preços do mercado oficial. Mas o problema é que esses mesmos preços estão em vésperas de novo aumento. E já têm data marcada: dia 17 de dezembro, reunião da OPEP para isso.

Não é só de petróleo que se originam os problemas externos da economia brasileira. Tem também juros dos capitais que vieram e vem para financiar uma expansão que continua para grandes grupos industriais, financeiros, de construção. Pois agora, para contrapor-se ao déficit orçamentário norte-americano, o Tesouro passou a conter os créditos e essa redução fez subir imediatamente os juros. Seus efeitos sobre uma economia como a brasileira, são evidentes.

O ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter esteve a semana passada na Suíça num Simpósio de Cooperação Empresarial Europeu-Latino-Americano procurando incentivar os investimentos estrangeiros no Brasil (declarando que não havia nenhuma discriminação contra eles) e condenar o protecionismo dos "países desenvolvidos", tentando fazer aumentar as exportações brasileiras. Mas, o mais interessante do colóquio, segundo o insuspeito (ou, visto melhor, "suspeitíssimo") "Esta-

dão", foram as preocupações dos banqueiros europeus com o "fortalecimento do sindicalismo brasileiro". A resposta do nosso ministro revela até que ponto vai a submissão desse governo ante os banqueiros estrangeiros e até que ponto vai o respeito que nutrem pelos trabalhadores: "nunca teremos sindicatos super-fortes porque no Brasil as coisas são feitas devagar, de uma maneira, um jeito muito brasileiro". Esse "jeitinho brasileiro" a que ele se refere são as intervenções nos sindicatos, a capacidade de falar manso e ao mesmo tempo mandar as PMS "dispararem para o ar" diante de piquetes. Ou, enfim, alterar os índices para os reajustes.

Porque, se a abertura e as lutas operárias exigiram o fim do arrocho e as concessões salariais, sempre restou a manipulação dos números, no que Delfim já se mostrou mestre. Logo no primeiro reajuste, o IBGE forneceu o índice de 26,6% para elevação do custo de vida entre abril e setembro, sem explicar como chegou até ele. E já o DIEESE, a partir dos próprios dados do IBGE, chegou ao índice de 28,8%.

O pacto do lobo com o cordeiro

Não é de surpreender que os estrategistas do planalto insistam agora na idéia de um "novo pacto social". Para realizar uma transição feliz a um porto seguro, o regime necessita congelar a correlação de forças obtidas nas condições do arbítrio e obter uma relativa paralisação nas reivindicações sociais. Frente aos trabalhadores Delfim propõe uma "trégua na onda grevista" em troca de "estudos para a revisão da política do fundo de garantia", um possível "seguro desemprego" e uma hipotética política de ampliação do emprego.

Para reforçar o argumento das vantagens que teriam os trabalhadores, a grande imprensa se lança num formidável coro a respeito do "esvaziamento" das greves. Lição a tirar: os operários devem aceitar agradecidos porque afinal nem teriam condições de realizar novas greves.

É verdade que o movimento operário parece ter culminado uma primeira fase de suas novas lutas sindicais, quando uma razoável organização de um núcleo sólido, somado à insatisfação geral da massa, produziu grandes greves extensivas a categorias inteiras. Agora a burguesia já substituiu seus antigos métodos repressivos por novos, adaptados à abertura política. E que se somam às represálias habituais na forma de dispensas de grevistas. O movimento operário está assimilando as lições de suas lutas. As lutas continuam, como se pode ver por qualquer noticiário, mas apenas se trata de adequar as formas de luta às novas condições. Provavelmente um novo auge — mais sólido e poderoso — surja de uma nova extensão a partir de mobilizações em empresas baseadas em consistentes organizações locais.

De todos modos, os trabalhadores não têm pactos a firmar com o governo dos seus exploradores. Eles normalmente entram em negociações para legalizar conquistas no curso das lutas. Mas não vão afirmar um compromisso para sacrificarem-se na resolução de uma crise do regime que os explora. E este governo que assegura lucros astronômicos para as multinacionais e para os monopólios nacionais e estrangeiros não têm nenhuma autoridade moral para requerer uma trégua dos explorados. A crise, os lucros, a transição e os milagres não lhes perdem. O problema real dos trabalhadores reside apenas no fortalecimento de sua mobilização e organização independentes, para acabar com isso que está aí.

EM TEMPO



Nesse natal dê EM TEMPO de presente até para você mesmo!

1 assinatura = Cr\$ 800,00
2 assinaturas = Cr\$ 1200,00
3 assinaturas = Cr\$ 1500,00

Estou enviando o cheque nº do banco por assinaturas anuais, em nome da Editora Aparte SA — Rua Mateus Grou 57 — CEP 05415 — São Paulo — SP (Fones: 280-4759 e 853-6680). Em anexo, envie os dados abaixo referentes a cada assinante em separado —

Nome/profissão/endereço (Rua/bairro/cidade/Estado/CEP)

Nome Profissão

Endereço Bairro

Cidade Estado CEP

E não perca o número especial de 20 de dezembro. São 32 páginas contendo coisas incríveis!

Produtividade e exploração

Nos próximos dias 1, 2 e 3 o DIEESE realiza um seminário sobre a nova política salarial do governo, em particular, sobre a questão da produtividade. Walter Barelli, economista da entidade, fala do seminário.

Como você situa a importância da questão da produtividade? Porque este seminário?

— O seminário é apenas uma etapa. Pois até que o movimento sindical entenda o problema da produtividade, desvendando o que está por detrás disto, ainda vai levar muito tempo. O que estamos pretendendo é simplesmente mostrar o que isto significa, se é importante, se é por aí que devem ir as campanhas salariais. Até que a antiga política salarial fosse entendida e rejeitada, passou-se muito tempo; somente com as greves que se iniciaram em 78 é que ela começou a ser refutada na prática. Esta nova política salarial é muito difícil de ser compreendida; não apenas nas assembleias sindicais, mas até mesmo nos departamentos de pessoal das empresas. E nosso objetivo é começar a desfazer esta complicação.

— Como você definiria a produtividade?

— Uma definição mais ampla da produtividade seria a produção por homem empregado. Ela pode crescer através da aceleração do processo de trabalho, da maior exploração da mão de obra. No caso brasileiro, acredito que nos últimos anos o crescimento da produtividade foi conseguido basicamente através da intensificação do ritmo de trabalho, ou seja de uma superexploração da mão de obra. Mas pode-se conseguir também através de uma melhor organização do trabalho, de um maior investimento em capital fixo — máquinas, etc. — ou até mesmo por alteração nos preços relativos. Como as empresas produzem artigos diferentes, a medida da produtividade se faz pelo valor agregado por homem empregado. E isto depende do grau maior ou menor de oligopolização de cada setor da economia. Se a empresa tem um grande poder na fixação de preços, seu valor agregado vai ser alto e por decorrência a produtividade também.

Por aí se percebe quão complexo é o problema da produtividade.

Num primeiro momento de fortalecimento do movimento sindical a produtividade deve cair. A presença dos sindicatos dentro das fábricas levará a uma regulamentação desta super-exploração, a uma redução da intensidade do trabalho. A queda de produção é inegável que virá.

Por outro lado, a questão da produtividade deve suscitar também uma discussão ideológica, pois o patrão nunca vai querer aceitar como produtividade do trabalho aquilo que ele julga ser fruto de uma ação gerencial ou de uma acumulação prévia de capital em novas máquinas.

Por tudo isto a nova lei vai levar a uma politização do movimento sindical que vai passar a discutir mais diretamente a própria formação do capital bem como a distribuição.

3º Seminário de Estudos Sócio-Econômicos

Produtividade e Campanha Salarial



Promovido pelo Dieese
Participação de entidades sindicais de todo o Brasil

Dias 1, 2 e 3 de dezembro

Metalúrgicos de São Paulo

Congresso em 1980, a proposta dos comandos

A realização de um Congresso, no primeiro trimestre de 1980, é uma das principais propostas que o Comando Geral de Greve apresentará na assembleia do dia 30, sexta-feira, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, juntamente com a exigência de manutenção da atual estrutura de comandos regionais e sub-sedes.

O maior erro que cometi foi permitir a criação desses comandos" afirmou o pelego Joaquim Andrade, em meio a exclamações de aprovação dos representantes patronais que se reuniram com a diretoria de Sindicato dos Metalúrgicos, na FIESP, na terça-feira, 20 para discutir algumas questões referentes à greve, como o desconto das horas extras, que muitos empresários querem descontinuar de uma só vez.

Animado pelo apoio patronal (dos reformistas da unidade sindical) é mais do que provável que ele vá jogar na assembleia de sexta, 30 todo o seu empenho para tentar desmobilizar os Comandos Regionais e o Comando Geral de Greve criados para a preparação da última campanha salarial e responsáveis pela direção da greve. Mas, se depender das decisões da última reunião do CGG e das assembleias regionais realizadas até aqui, dificilmente ele conseguirá aprovar os seus planos, devendo sujeitar-se às decisões das bases, que reconhecem nos comandos os saldos organizativos mais importantes alcançados pela categoria.

Congresso metalúrgico

Além disso, o Comando apresentará na assembleia uma avaliação da greve, onde predomina a constatação dos saldos positivos ao nível político e organizatório, a existência de uma disposição de

luta elevada entre os operários de base e a verificação de algumas insuficiências no trabalho nas fábricas bem como o reduzido enraizamento das comissões. Talvez, a única voz discordante seja a do Comando da Zona Norte, que vê com pessimismo os resultados da greve, o que, aliás se justifica: foi ali que os setores mais atrasados, aliados ao Joaquim e que sempre se opuseram à greve, foram se esconder (e não mexeram uma palha, segurando os trabalhadores que queriam formar piquetes) depois que foram atropelados pela combatividade dos trabalhadores.

Na sexta-feira, ainda, os Comandos deverão apresentar à assembleia a proposta de que sejam mantidas as sub-sedes formadas provisoriamente na campanha salarial, e sejam reconhecidas oficialmente como unidades pertencentes à estrutura do sindicato.

Mas, um dos pontos mais importantes será, sem dúvida, a proposta de realização de um Congresso dos Metalúrgicos da Capital, no primeiro trimestre de 1980 a exemplo do já feito pelos metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco. Nesse congresso, além de questões como a modificação dos atuais estatutos do sindicato, os operários mais combativos pretendem debater amplamente os problemas da categoria e as medidas a serem adotadas para a solução dos problemas de organização e mobilização existentes atualmente.

Só com fiscalização direta dos trabalhadores

Tão logo o governo apresentou seu projeto de nova política salarial, há meses atrás, o DIEESE respondeu com um documento intitulado "Análise da proposta governamental". Aqui, os trechos que se referiam à questão da produtividade.

O projeto encaminhado pelo executivo, ao considerar, a partir do artigo 7.º, que os aumentos salariais a serem negociados por convenção, acordo, ou sentença da Justiça do Trabalho somente poderão ser feitos segundo "acréscimo verificado na produtividade da categoria profissional", recoloca na mesa de discussões algumas questões que não podem ser relegadas a segundo plano.

Dentre as questões consideramos que:

1) — subverte os próprios pressupostos de uma convenção ou acordo coletivo, uma vez que *limita o âmbito das discussões sobre aumentos*, e não permite incluir questões tais como, níveis salariais adequados, lucratividade e rentabilidade das empresas, estrutura interna de salários das empresas, etc.;

2) — *assume como ponto pacífico que os níveis atuais de salários*, principalmente os mais baixos, satisfazem as necessidades dos trabalhadores e suas famílias, ou seja, elimina no papel, a realidade de anos de uma política salarial que reduziu consideravelmente o poder de compra dos salários. Entre 64 e 79 as reduções no salário real variaram de 14% a 36%;

3) — *elimina considerações sobre o fato de que em anos passados*, ao lado de uma redução dos salários reais, houve um crescimento considerável da produtividade que, se medido pelo PIB por habitante, foi da ordem de 102%, a partir de 1964;

4) — *impossibilita uma maior discussão, pelos trabalhadores, da própria questão da produtividade*. Como fato sabido, os aumentos de produtividade

verificados, e que foram muito altos, fizeram-se basicamente a custa de um aumento, tanto das horas trabalhadas, como do ritmo de trabalho. A vinculação compulsória de um aumento de salário à produtividade sem que entre em discussão outras questões, fará com que a prática, já consagrada pelas empresas, do aumento de produtividade via aumento do ritmo do trabalho e horas trabalhadas, tenda a se agravar o que dificultará a luta que o movimento sindical hoje trava pela redução das jornadas e ritmo de trabalho;

5) — *não explicita* — pelo contrário, a questão permanece totalmente obscura — *como serão medidos os acréscimos de produtividade das diferentes categorias econômicas*. E mais, não esclarece como será medida a produtividade naqueles setores, tais como, comércio, serviços, por exemplo, em que o conceito de produtividade não é uma questão resolvida.

No Brasil, não existem estatísticas públicas referentes à produção por homens/horas trabalhadas e, portanto, os trabalhadores não têm acesso aos dados necessários para que esta questão possa ser discutida em uma convenção ou acordo coletivo. Haverá, portanto a necessidade de que se adote um Plano Contábil Nacional, em que as empresas sejam obrigadas a divulgar os dados de produção, número de trabalhadores, horas trabalhadas, despesas com salários, retiradas dos Diretores, lucros, etc.

No entanto, a garantia de que os dados fornecidos pelas empresas sejam confiáveis, somente se dará com uma fiscalização direta dos trabalhadores, através de seus representantes sindicais dentro das empresas.

Delfim continua o mesmo

Divulgado o INPC para o mês de dezembro, a estória é a mesma de sempre: os índices continuam sendo manipulados.

O governo acaba de divulgar, através do Ministro do Trabalho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC — do mês de novembro: para efeito no mês de dezembro 28,2%. De acordo com a nova política salarial, os reajustes são semestrais e portanto este índice tanto será aplicado sobre as categorias que têm data base em junho (reajuste semestral) como as que o têm em dezembro (dissídio). A diferença é que as categorias que têm a data base em dezembro, por estarem completando 1 ano desde o último reajuste oficial, têm agora, pela nova lei, direito a um aumento adicional por produtividade, a ser negociado junto aos patrões.


CIDADE	%
Belém	35,30
Belo Horizonte	32,23
Brasília	29,01
Curitiba	33,36
Fortaleza	27,90
Porto Alegre	29,48
Recife	33,98
Rio de Janeiro	28,92
Salvador	32,00
São Paulo	29,14
MÉDIA NACIONAL	30,11

Mas o destaque na divulgação do índice, é sua falsificação. Ou seja os métodos delfinianos não ficaram sepultados lá em 1973. Estão vivos como sempre, apesar da fraseologia nova do ministro.

Tomando as 10 regiões metropolitanas pesquisadas pelo próprio IBGE — que é quem define oficialmente o INPC — já em outubro, a média do custo de vida destas capitais comparada ao INPC

dava uma diferença superior em 2,2 pontos percentuais.

Agora, para o INPC de novembro, a diferença é de 1,91 pontos percentuais. O INPC deveria ser, de acordo com a média das capitais, de cerca de 30,11%, e foi somente de 28,2%. No caso, a média de 30,11% é obtida com os índices de cada cidade, ponderados por sua população, que é exatamente a metodologia usada pelo IBGE. Assim, onde está a explicação? Não há: é simples. O roubo continua...



Leon Trotsky

programa de transição

Um lançamento da Editora
Combate Socialista Ltda.
(à venda nas boas livrarias)



Miraguai, RS Agricultores querem mudar o INAMPS

Em a Porto Alegre, os gaúchos de Miraguai exigem assistência previdenciária

A população de Porto Alegre já está acostumando-se com as passeatas de estudantes e trabalhadores que convergem para o centro da cidade para exporem suas reivindicações. Mas na quinta-feira, dia 22 o que se viu foi uma passeata diferente: cerca de 100 pessoas, quase todas "pilchadas", isso é, vestindo botas e bombachas, lenço no pescoço e chapéu de barbicho — o tradicional traje do gaúcho — percorreram o centro da cidade, participaram de um debate com os deputados do MDB na Assembléia Legislativa e discutiram por mais de duas horas com a direção regional do INAMPS. Os cartazes e faixas que portavam, indicavam que eram pequenos agricultores que vinham à capital do Estado expor seus problemas e exigir soluções das autoridades. Essa centena de pessoas era a comissão de representantes dos oito mil agricultores de Miraguai, pequeno município de dez mil habitantes da Região Ceilero do Rio Grande do Sul.

A luta dos agricultores de Miraguai começou pelo protesto contra o péssimo atendimento médico hospitalar a que eram submetidos. Além de várias irregularidades no atendimento, o hospital Nossa Senhora de Fátima de Miraguai, credenciado, pelo Funrural não apresentava as mínimas condições de higiene. Em vista disso, os agricultores reivindicavam a transferência do credenciamento para o hospital da vizinha cidade de Tenente Portela.

A negativa das autoridades diante de uma reivindicação tão simples e a insistência dos colonos foi trazendo a tona a complexa trama de interesses e a corrupção reinante num sistema previdenciário onde a preocupação menor é com o contribuinte.

Tentando justificar suas denúncias de mau atendimento médico os colonos

descobriram inúmeras fraudes contra o INAMPS, afetadas pelo hospital de Miraguai, dirigido pelo médico Mário Terrazas. Mas, mesmo depois de feitas as denúncias e com vários documentos comprobatórios publicados pela imprensa, o INAMPS não tomou nenhuma atitude. E a transferência do convênio para qualquer outro hospital da região tornou-se quase impossível, pois a AMRGS — Associação Médica do RGS — alegando ética profissional, pressionou todos os médicos da região de modo que nenhum deles aceitasse atender aos colonos de Miraguai, a não ser é claro, pagando, pois parece que a ética médica tem o preço de uma consulta.

Mas essa luta, que começou com uma simples reivindicação sobre atendimento médico ampliou-se e está conquistando ampla adesão nos sindicatos rurais do Estado, ampliando também suas reivindicações. Ao virem a Porto Alegre no dia 22, os colonos, além de resolução para seus problemas específicos, exigiram do INAMPS e do Governo do Estado profundas modificações no sistema previdenciário. Apoiando-se nas teses do 3º Congresso de Trabalhadores Rurais, realizado este ano, em Brasília apresentaram dois pontos básicos de reivindicação: que os trabalhadores rurais fossem equiparados aos urbanos nos benefícios previdenciários, podendo com isso serem atendidos em qualquer lugar do país mediante a apresentação da carteira do Funrural. A segunda reivindicação é a de que a direção do Funrural seja eleita por um conselho formado pelos representantes dos sindicatos rurais.

Com essas reivindicações, os agricultores gaúchos vem engrossar a luta dos trabalhadores rurais de todo o Brasil, por melhores condições de vida e trabalho.

deflagraram a partir da terça-feira, 21: enquanto os primeiros têm tratado os piqueteiros à base de cassetetes, os dirigentes sindicais simplesmente ignoram a existência da greve, não mexendo uma palha, sob a alegação de que o dissídio da categoria só será julgado dia 11 de dezembro. Os pedreiros, estão querendo, para já, o pagamento

do aumento dos salários (Cr\$ 15,00 a hora para os serventes e Cr\$ 25,00 para os profissionais) prometido a partir de 1º de novembro, desde a última greve da categoria.

Criciúma/SC Pelego pode cair

E por falar em construção civil: quem está muito preocupado é o pelegão Amauri Isaías Lúcio, presidente há 12 anos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil e do Mobiliário de Criciúma. É que, em breve, a mamata pode acabar, caso a chapa 2, da Oposição Sindical, consiga convencer a categoria a dar uma sacudida no sindicato, expulsando de lá o representante patronal, nas eleições previstas para janeiro do próximo ano.

O surgimento da Oposição Sindical é o reflexo mais direto da recente mobilização dos trabalhadores das cerâmicas locais, também pertencente à base do Sindicato e que paralisaram suas atividades durante vários dias, no mês de agosto. Agrupados em quatro ou cinco grandes empresas, os ceramistas são, hoje, o setor mais combativo e numeroso da categoria, cujo número é estimado em 18 mil trabalhadores, aproximadamente. A formação da CUT, um novo código do trabalho, direito de greve, comissões de fábrica, liberdade sindical, formação de sub-sedes em Cocal e Urussanga, jornada de 40 horas semanais, são alguns dos pontos contidos pela chapa dois, formada por Aldo Candido Morona (presidente), Edmar Santa Helena (Secretário), Albertino Damasceno (Tesoureiro), Tereza Chagas (1º suplente) e Luiz Machado de Sousa (2º suplente).

Embora confiem na vitória, os operários da Oposição Sindical sabem que a luta será difícil; prova disso são as pressões patronais, as ameaças de dispensas e perseguições contra membros e simpatizantes da chapa, além do empenho do pelego Amauri que, auxiliado por representantes das empresas, tem tentado subornar e corromper os membros da chapa, oferecendo-lhes salários mais elevados, intimidando suas famílias, etc.

Mineiros/SC Índice oficial mais 100%

Para quem está achando que os metalúrgicos de São Paulo exageraram ao

pedir 83 por cento de reajuste, que vá falar com os trabalhadores do carvão, em Criciúma. A moçada que vive debaixo das minas, respirando aquele pó do carvão, pegando doenças como a pneumonose, sujeita a frequentes acidentes do trabalho e, sobretudo, ganhando miseráveis salários, está exigindo 100 por cento acima do índice oficial, para melhorar um pouco o pirão. Além disso, eles querem reajustes trimestrais de 25%, adicional de 100% sobre a hora extra trabalhada, salário igual para quem assumir função de empregado demitido, alimentação e transportes gratuitos, reconhecimento, reconhecimento de delegados sindicais (1 delegado para cada 100 trabalhadores) eleitos livremente em assembléias.

Os patrões já botaram a boca no trombone, achando que é demais, que isso vai comprometer seu sagrado lucro. Só falta agora ver o que vão dizer o Partido, o HP e tantos outros diante do "esquerdismo da massa". ("vade retrô" satanás!)

Médicos/SP Mercado de trabalho

Um estudo promovido pela médica Maria Cecília Donnangelo em 1971, mostrava que, dos 5.381 médicos em atividade naquela época, na Grande São Paulo, 74,5% eram assalariados, com péssima remuneração e precárias condições de trabalho e sobre-cargas horárias (a maioria trabalhava cerca de 52,2 horas semanais), com dois ou mais empregos. Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Agrimeron Cavalcanti, no primeiro ano de sua gestão à frente da entidade, ele pode constatar que a situação piorou sensivelmente nos últimos oito anos, intensificando-se o processo de proletarização dos profissionais, empregados da rede hospitalar e tatal e do INAMPS, bem como da rede privada, particularmente das empresas de medicina de grupo.

Músicos Querem cooperativas

E por falar em trombone: a criação de cooperativas, com funções que vão desde a aquisição de instrumentos a baixo custo, à produção e distribuição de discos, foi um dos principais as-

suntos discutidos durante o 1º Congresso Nacional de Músicos, realizado de 19 a 22 de novembro, em Porto Alegre, promovido pelo sindicato dos músicos profissionais da capital gaúcha. Participaram delegações de Manaus, Belém, Recife, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Santos e São Paulo, que no final aprovaram um documento onde afirmam que os músicos (200 mil em todo o país) são uma categoria desprotegida, graças a uma legislação caduca que favorece à ação inescrupulosa de intermediários espoliadores. Foi proposto, também, a instituição de um contrato de trabalho padrão e a fixação de uma tabela de salários, em todo o território nacional, além da sindicalização massiva e criação de uma Federação Nacional dos Músicos. Não faltaram, igualmente, críticas à Ordem dos Músicos, acusada de inoperante e omissa diante do descumprimento da legislação que obriga à programação de 50 por cento de músicas nacionais nas emissoras de rádio.

Unibanco Refeitório infectos

A alimentação, que deveria ser uma necessidade básica de qualquer pessoa, é um imenso sacrifício para quem trabalha num dos maiores bancos do País, o Unibanco. No Vale do Anhangabaú, em São Paulo, ele mantém um porão, pequeno, sem ventilação e mofo, sem as menores condições de higiene, que é abusivamente chamado de "refeitório" aproveitando-se, para isso, de uma brecha na legislação (Portaria nº 13, de 26 de junho de 1972) que dispensa os estabelecimentos bancários da cumprirem as exigências feitas para empresas de outros setores.

Fotógrafos/SP Assembléia extraordinária

Os retratistas e artistas gráficos de São Paulo estão sendo convocados para uma assembléia geral extraordinária, promovida no dia 1º de dezembro, às 15 horas, na sede da ABI (rua Augusta, 555), pela entidade que reúne a categoria, a AGRAF. Entre outros assuntos, eles deverão tirar sua posição com relação à sindicalização dos profissionais "free-lancers", no Sindicato dos Jornalistas.

Construção Civil Greve em Candiota

Polícia e pelegos tratam, cada um à sua maneira, de impedir a greve que os 1.200 trabalhadores da construção civil de Candiota, no Rio Grande do Sul

AS GREVES DA SEMANA

SETOR	LOCAL	Nº DE GREVISTAS	REIVINDICAÇÕES PRINCIPAIS	DURAÇÃO	RESULTADOS
Carreiros do ABC Paulista	São Paulo (SP)	2.000 trabalhadores	Aumento de 70% sobre o valor do frete	De 15/11 a 21/11	Aumentos de 67% escalonados sobre o valor do frete.
Trabalhadores da Construção Civil	Curitiba (PR)	20.000 trabalhadores	80% de reajuste salarial	De 19/11 a	—
Motoristas de Táxi	São Paulo (SP)	25.000 motoristas	Subsídios para a gasolina	De 27/11 a	—
Motoristas de Táxi	Curitiba (PR)	5.000 motoristas	Subsídios para a gasolina	De 26/11 a	—
Trabalhadores da Construção Civil	Bagé (RS)	1.500 trabalhadores	Piso salarial de \$ 25,00 por h para os pedreiros e \$ 15,00 por h. para os serventes	De 20/11 a	—

Metalúrgicos de Osasco Unificar a Oposição e organizar pela base

Membros da oposição sindical metalúrgica de Osasco, em entrevista a EM TEMPO, avaliam a greve da categoria e o papel que a diretoria do Sindicato e da Oposição jogaram na última campanha salarial.

Falam dos problemas que estão enfrentando e dos caminhos para sua superação.

Por Antônio Nahas

Como estava a categoria antes da greve? — Estava muito pouco organizada. A organização dentro da fábrica era quase inexistente. Por outro lado, a proposta dos patrões era uma provocação. Então, nas condições em que estávamos, não teria coisa pior para a categoria do que ficar parada quando todo o país estava se mobilizando. Partindo deste princípio, a categoria indo à luta, teria condições de se organizar e aprender. Esse ano a categoria vinha de uma derrota, mas uma derrota menor do que tinha sido a de São Paulo. Você via uma grande insatisfação e alguns falando até em parar. Outra coisa importante era que a diretoria daqui de Osasco, que tem uma certa base nas fábricas, teve uma atitude desmobilizadora, recomendando aos companheiros que não fossem às assembleias, nem participassem das reuniões que estavam ocorrendo.

Esse ano, apesar da categoria não ter conseguido sustentar as conquistas do ano passado, a gente sentia uma certa disposição do pessoal. Agora, por outro lado, a diretoria vem dizendo que tentou organizar a greve, que fez seminário, que fez congresso, etc. Levou o pessoal para uma colônia de férias sem centrar a discussão sobre como se trabalhar nas fábricas e sem garantir a continuidade do trabalho nas fábricas, não tem sentido. Isso não significa organizar a categoria mas, sim, que se está tentando manobrar os próprios trabalhadores para conter a luta.

Mas, valia a pena fazer a greve, ela poderia significar um avanço?

— São Paulo ia entrar em greve, Guarulhos também. Então, nós íamos, também, entrar em greve. As assembleias, mesmo com pouca frequência, iam aceitar entrar em greve. Então, aí entra a questão de se assumir essa greve e fazer com que ela avance.

Greve sem direção

— A greve de Osasco não teve direção, nem da diretoria do sindicato (que não estava preocupada com a greve), nem das oposições que não estavam existindo. Eu acho que em Osasco teve um vazio de direção do movimento. O pessoal da oposição sindical foi envolvido pela diretoria, com aquela história de ser autêntica e deixou de lado o seu próprio trabalho.

Para os companheiros de São Paulo isso foi um grande golpe. Osasco, nas próprias reuniões da FIESP, colocou uma cunha no movimento operário abrindo margem para uma justificativa da repressão sobre o movimento.

O Henos nem convocou assembleia, fez um acordo sozinho.

Na campanha de Osasco jogou-se muito peso no Sindicato, acreditou-se muito na diretoria ao invés de se trabalhar na organização independente. Disto nós temos que fazer auto-crítica.

Que postura assumiu a diretoria e a oposição durante a preparação e deflagração da greve?

— A diretoria foi contra a greve. Isso deu prá ver bem claro nas assembleias, nas reuniões do comando de mobilização, em todas as atividades. Por outro lado a OS estava dividida e não se constituía numa alternativa de direção para o movimento. Outra coisa, pelo fato de a diretoria se colocar como autêntica muita gente da OS se confundiu.

— A oposição até hoje aqui em Osasco só serviu prá promover pelego. É o seguinte: cada vez que nós fazemos alguma coisa, os pelegos inventam outra coisa lá, jogam por cima do nosso trabalho e nos deixam de lado sem a gente perceber. Eles estão usando a gente e eu não estou achando que isto está sendo percebido aqui, não. Nós temos que demonstrar aos nossos companheiros confiança de um para o outro e desenvolver um trabalho de unidade.

— No desenvolvimento da campanha a diretoria desresponsabilizou-se, empurrando-a para as nossas mãos.

Quando se tirava "mosquitinhos" muitas vezes o original feito pelos trabalhadores era modificado na hora de ser impresso no sindicato. Esse tipo de coisa vai aos poucos desanimando o pessoal. Toda assembleia se iniciava com um discurso da diretoria dizendo que eles estavam ali para unificar a categoria e que havia grupos querendo dividir os trabalhadores. Quer dizer, queimando qualquer tipo de proposta de trabalho que pudesse provocar uma discussão mais acesa dentro das fábricas e dentro do próprio sindicato. A oposição por seu lado, tinha companheiros fora das fábricas, falta de mobilização, falta de condições de influir de uma maneira politicamente organizada nas assembleias

e suas divergências internas, dificultaram o trabalho da oposição.

Vocês acham que a volta ao trabalho se deu no momento certo?

Sobre a volta, apenas 3 companheiros se posicionaram claramente, apenas um a favor da greve. Na verdade, ali não se podia decidir nada. Aquela assembleia não podia tomar nenhuma decisão, e faltou traquejo sindical a todos nós no sentido de não deixar que aquela coisa acontecesse.

Como avaliam a assembleia que decidiu a volta ao trabalho?

— O grande problema da assembleia é que foi encerrada sem votação, sem discussão sobre como recuar. Quando o companheiro Zé Pedro colocava a questão do recuo, quem acompanhava o trabalho dele, entendia o que pensava por recuo. Mas a diretoria se aproveitou disso, sem colocar o que seria necessário garantir para que aquele recuo não fosse uma derrota total.

Organizar a oposição

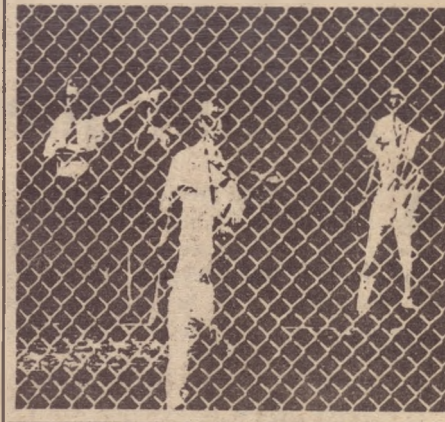
Que caminhos deve seguir a oposição metalúrgica de Osasco?

— Tendo em vista que existem dois grupos que se consideram de oposição, acho que essas forças têm que se unificar. Agora, têm de se unificar em cima de alguns pontos. Vejo como princípios a luta pela organização independente da classe, a luta pela formação das comissões de fábrica. Outro ponto importante é a luta pela democratização do sindicato. Devemos lutar contra o peleguismo disfarçado, ter uma postura firme daqui para a frente em relação a essa diretoria do sindicato. Trabalhar dentro e fora do sindicato, organizando os trabalhadores. Mas, também, não adianta nada formar uma oposição e dentro dela ninguém obedecer à democracia interna. O que é discutido e decidido pelo pessoal tem que ser encaminhado.

— Muito do que já foi dito é certo, eu quero só reforçar alguns pontos. A oposição sindical tem que se popularizar. Tem que ser uma coisa que qualquer trabalhador saiba muito bem o que seja, como participar dela e entenda os seus objetivos. A sua expressão organizativa tem que ser a organização de grupos e comissões de fábricas.

Dois anos de greves

Como romper o cerco da ditadura?



Pastoral Operária

A verdade sobre as greves

Por Elvira de Oliveira

Tendo em vista que o rádio, a TV e os jornais não nos disseram a verdade sobre a greve dos metalúrgicos, a Pastoral Operária vem esclarecer alguns pontos a partir da avaliação feita por metalúrgicos cristãos que tiveram participação ativa na greve.

O que ganhamos com a greve?

Cresceu a consciência — *Mesmo tendo perdido um companheiro de luta, nós entendemos que a greve foi vitoriosa na medida em que todos os que participaram do movimento perceberam a força dos patrões, junto com o governo e a imprensa, contra a classe trabalhadora.*

Cresceu a participação e a organização — *Uma conquista importante foi a participação ativa de um número maior de trabalhadores nas novas formas de organização. Este ano a Campanha Salarial foi levada nas regiões pela Comissão de Mobilização, que organizou reuniões por fábrica (ou grupo de fábricas) e assembleias regionais onde todos puderam ter voz ativa. Estes comandos foram uma conquista da classe operária e continuam como centros de organização, distribuição de Fundo de Greve e orientação jurídica para os demitidos.*

Por que não conseguimos mais?

A "rasteira" imposta à categoria metalúrgica no ano passado mostrou mais uma vez que esta estrutura sindical está a serviço do governo e dos patrões. Por isso os trabalhadores não acreditaram nas diretorias dos sindicatos, principalmente de São Paulo, dificultando uma maior mobilização. Para garantir a ganância desenfreada dos patrões o governo jogou cavalos, cassetetes, bombas de efeito moral e metralhadoras para dispersar, prender, espancar e até matar trabalhadores.

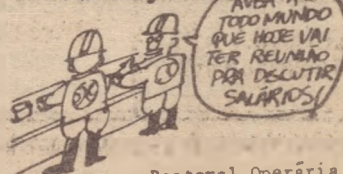
Além da força bruta, os patrões e Ministros e seus aliados são donos e tem todo controle dos meios de comunicação. (...) dão uma versão errada dos fatos e assim tentam jogar o povo contra os trabalhadores em greve e criar divisão entre os operários. (...)

Como continuar a luta?

Além da participação direta dos metalúrgicos cristãos, a igreja apoiou a greve cedendo locais, participando nos grupos de apoio aos Comandos, fundo de greve, sofrendo e denunciando a repressão. Devemos continuar o nosso apoio através de: Participação nos grupos de fábrica, interfábricas, sobretudo nos Comandos, nos grupos de Pastoral Operária e grupos de apoio nos bairros. Fundo de Greve: Como sempre acontece, companheiros que se destacaram na luta foram demitidos. Eles necessitam da colaboração de todos para que as suas famílias não sofram as consequências. Nossa solidariedade será um estímulo para continuar na luta de libertação de toda a classe trabalhadora. (...)

(Pastoral Operária)

O OPERARIADO VAI ACUMULANDO FORÇAS, CRESCENDO EM CONSCIÊNCIA, ORGANIZANDO COM ISSO VAI SE PREPARANDO PARA ENFRENTAR LUTAS MAIORES!



Pastoral Operária

Komatsu Patrão, pelego e polícia

Depois de 22 dias de resistência à repressão patronal e policial, que contou com a valiosa colaboração do pelego João Teófilo, os operários da Komatsu, em Suzano, voltaram ao trabalho na segunda-feira, 19, disposto a sair para outra.

Por Roberto Grum

Suzano entrou esse mês na era das greves. A greve da Komatsu só foi dobrada, depois de 22 dias de duração com a intervenção direta da polícia, prendendo todo o comando de greve, numa manobra flagrantemente ilegal. O pelego do Sindicato dos Metalúrgicos de Suzano, o João Teófilo, que começou a prestar serviços ao patronato em 1964, quando foi gloriosamente nomeado interventor, esmerou-se em servir aos que o puseram na mamata, chegando a executar suas tarefas com excesso de zelo. Exemplificando: depois de conversar com o advogado do sindicato, eis que misteriosamente dois membros do comando de greve foram presos — afinal conseguiram identificar os famosos cabeças; a sede do sindicato permaneceu fechada, quase todo o tempo da greve, e isso porque ... o pes-



Operários da Komatsu, em assembleia-geral

soal em greve estava gastando muito de telefone. Mas a coisa não termina aí: a greve foi declarada ilegal porque o sindicato "esqueceu" de anunciá-la no Diário Oficial, a secretária da sub-sede do sindicato foi vista fazendo um relatório completo da greve para ... a diretoria da Komatsu, e o delegado sindical, pasmem ... furou a greve.

Mas temos que fazer justiça à pelegada, ela não foi a única culpada do fim da greve. A polícia agiu de maneira descarada a favor da Komatsu.

Polícia recebe cachê

A fábrica esteve ocupada durante toda a greve e a perseguição foi sistemática aos grevistas mais destacados e, para mostrar o seu agradecimento, a Komatsu alimentava o contingente policial na própria fábrica, fornecia veículos para os seus deslocamentos e chegou a dar um cachê de 5 mil cruzeiros para cada "homem da lei". E não foi só aí: os operários presos demoravam a ser encontrados, chegando ao cúmulo de dois operários, que foram presos à vista do deputado Aurélio Peres, não serem encontrados nem na delegacia da cidade nem no quartel local da PM. Ladrões presos na região foram apontados como membros do comando de greve, e a coisa vai por aí a fora.

Com tudo isso contra, deflagrada no dia 29 de outubro a greve acabou na segunda-feira, sem no entanto significar a volta ao trabalho nenhuma desmoralização. Pelo contrário, a turma estreitou seus laços de amizade e solidariedade, compreendeu o valor da comissão de fábrica, formou um núcleo de Oposição Sindical. — todos aprenderam e trocaram experiências. E até os fura-greves estão arrependidos, prometendo alguns participar da próxima. E em cima desse saldo o pessoal marcou uma festa para o fim de dezembro, para celebrar as novas amizades.

Pacto social para administrar a crise

Delfim quer passar o «abacaxi» para os trabalhadores

Por Tom Duarte

As vésperas da posse do general Figueiredo, os trabalhadores metalúrgicos do ABC deflagraram uma das mais importantes e longas greves já ocorridas em todos os tempos, na história do Brasil. Entre outras reivindicações, eles exigiam dos patrões um reajuste salarial igual ao índice oficial (44%) mais 34,3% a título de compensação do que foi roubado em 1973, mediante as manipulações dos índices do custo de vida.

“Recuperar o que foi roubado” foi a palavra de ordem que animou os quase 300 mil trabalhadores a resistirem durante 14 dias, enfrentando os primeiros esboços de repressão policial, a intervenção em seus sindicatos, a ameaça do desemprego, etc. Lema de guerra que, também, no decorrer dos meses seguintes, explícita ou implicitamente, norteou aos milhões de assalariados nas fábricas e nos canteiros de obras de vários Estados.

O ciclo grevista teve altos e baixos, alguns ganhos econômicos ainda que muitos distantes de satisfazer os reclamos de “recuperar o que foi roubado” — e, indiscutivelmente, um profundo sentido político ao colocar, depois de um ostracismo de muito tempo, os trabalhadores como um dos atores principais da vida nacional.

As escondidas

E é o mesmo Delfim Neto do roubo nos índices de 73, o “mago das finanças” do regime Média, o pai-do-milagre, mãe dos empresários, carrasco dos trabalhadores, que nunca se lembrou destes e sequer recebeu um só representante sindical em seus espaços gabinetes no Ministério da Fazenda, que abre generosamente as portas de seu apartamento paulistano, por duas vezes consecutivas (uma delas foi no dia 3 de novembro, em meio à greve dos metalúrgicos de São Paulo) para receber dois importantes dirigentes sindicais, Luís Inácio da Silva, o Lula de São Bernardo, e Arnaldo dos Santos, dos Metalúrgicos de Santos, e mais o diretor do DIEESE, Walter Barelli e o deputado e advogado trabalhista Almir Pazzianotto. O que discutiram, em meio a cafezinhos e água, não se teria sabido, não fosse a indiscrição de assessores do Ministro que deixaram vaziar a informação a jornalistas de sua confiança, publicada em primeira mão no “Jornal da República”.

As escondidas, no melhor estilo da diplomacia burguesa, o gordo ministro do Planejamento, um Kissinger às avessas (recebendo os “vietcongs” do sindicalismo “autêntico” em casa) colocou as cartas na mesa: o governo está disposto a fazer determinadas concessões, desde que os trabalhadores, como condição prévia, se comprometam a congelar por dois anos as greves que vêm assolando sistematicamente o país.

Jogar claro

Que o estilo de Delfim é de todos os políticos burgueses como ele, se baseie fundamentalmente nesse método de negociações, tudo bem. Mas, que dirigentes sindicais, com um claro compromisso com milhares de trabalhadores que neles confiam e apóiam, se disponham a fazer o mesmo, é inaceitável, como já afirmou o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, José Cicoti, para quem, “tudo o que interesse aos trabalhadores deve ser feito às claras, publicamente, pois não deve existir nada a ser escondido.”

Foi natural, portanto, a perplexidade com que a maioria dos dirigentes sindicais do país recebeu a notícia, primeiro do encontro de “Delfim com líderes sindicais e Pazzianotto”, como foi noticiado inicialmente e, depois, com a revelação, através

da revista Veja dos nomes de Lula e Arnaldo. E o que deve estar se passando junto aos operários de base, pode ser muito bem expressado na indignação de Wagner, um dos diretores do Fundo de Greve de São Bernardo, que desconhecia totalmente essa iniciativa. “O Lula pode até estar certo, afirmava Wagner ao **EM TEMPO**, mas a verdade é que fica muito difícil de defendê-lo quando o acusam de personalismo e individualismo”.

Com ele, certamente estarão um sem número de ativistas sindicais e trabalhadores, para os quais o exercício da democracia dos trabalhadores pressupõe um jogo às claras, aberto e, o que é mais importante, que os atos dos dirigentes sejam nada mais do que um reflexo das discussões e decisões previamente tomadas pelas bases.

Colaboração de classes

Em princípio, nada a opôr a qualquer discussão com representantes do governo. Afinal, se os trabalhadores sentam à mesa de negociações com os patrões, discutem com os Delegados do Trabalho, nada os impede de que tratem dos assuntos de seus interesses com ministros, embora alguns líderes sindicais, como João Paulo de Vasconcelos, dos metalúrgicos de Monlevade, não reconheçam qualquer legitimidade em governantes não eleitos pelo povo”, sem o menor respaldo popular. Mas, que assembleia sindical determinou que os dirigentes fossem à casa de Delfim e discutissem com ele enquanto representantes dos trabalhadores?

E, diga-se de passagem, o desgaste que certamente estão sofrendo é enorme, diante das migalhas oferecidas pelo ministro algum tipo de seguro desemprego, modificações secundárias na CLT, no que se refere às eleições sindicais e o estabelecimento de um teto nos índices referentes à produtividade em torno de 4 por cento. Certamente, nada que valha a pena.

CUT: um bibelô

É verdade que se falou, vagamente, na criação da CUT, a Central Única dos Trabalhadores. Mas, como já observaram muitos dirigentes sindicais, inclusive o próprio Lula, ela deve ser criada, não por benevolência do governo, mas a partir de uma decisão das bases.

Porque, de que serve uma Central Única dos Trabalhadores se não for para que se constitua enquanto instrumento de luta dos explorados contra o capital? Do con-

trário, não passará de mais um órgão burocrático — e para isso já existem as CNTIs e os Ari Campistas da vida um bibelô de mau gosto que se guarda na prateleira, mas sem qualquer serventia.

Greves assustam

A iniciativa de Delfim mostra que o governo e os patrões vêm sentindo o que muitos — inclusive aqueles que se dizem do campo popular — teimam desconhecer: as greves, mesmo com seus resultados ainda distantes do desejado, têm significado duros golpes nos interesses do capital e do regime que ele sustenta. E mais: diante da crise que se aprofunda, das dificuldades que decorrerão dos atuais problemas econômicos, o governo teme o seu peso, como um complicador a mais, nos próximos anos, agora que os trabalhadores estão melhor preparados e experientes, depois das experiências do último período. Onde os críticos de “esquerda” do “grevismo” e vêm apenas aventureirismo e saldos negativos para os trabalhadores, Delfim, o governo e os patrões, vêm perigo para seus interesses.

Assim, o pseudo “realismo político” que parece presidir o raciocínio dos que apóiam um acordo com o governo — conseguir algumas melhoras negociadas por cima porque os trabalhadores não têm condições de arrancá-las pela base como afirmou o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, na reunião promovida pela “intersindical”, em Santo André, no dia 22, — é colocado em xeque pela própria burguesia e seus agentes. Estes, por mais incrível que pareça, demonstram acreditar muito mais na força dos trabalhadores do que muitos de seus representantes.

A orquestração

A revelação da proposta de um “pacto social”, e dos encontros secretos vai ajudar a explicar a formidável campanha de descrédito que se orquestrou contra a greve dos metalúrgicos de São Paulo em particular, e contra as greves em geral com a descoberta de uma nova doença infantil, o “grevismo”. Campanha à qual se uniram, como já afirmamos mais de uma vez, o governo, os patrões, a grande imprensa e determinadas correntes políticas que se reclamam do movimento operário.

Desmoralizar a greve, transformar em profunda e avassaladora derrota o resultado do movimento dos metalúrgicos, provar que “com greve não dá pé”, que o

negócio é buscar novas formas para se alcançar resultados positivos, só podia ter sentido como preparação de um clima favorável para que os trabalhadores passassem a ver na conciliação nacional nos pactos e acordos sociais, a única saída viável e, repetimos, realista para encaminhar a resolução de seus problemas. Como se vê, um projeto muito bem articulado, preparado e executado, pelo menos até aqui, com maestria. E que se combina, no plano político — ele mesmo não pode ser isolado do plano político — com a moderação, a busca de caminhos que evitem o confronto e não tumultuem o calendário eleitoral, como já propunha José Salles, membro do PCB em recente artigo de fundo na revista **Veja**.

Não administrar a crise

Essa orquestração implica — como de fato ocorreu — na tentativa de desacreditar todas as áreas possíveis de opor-se à conciliação, como foi feito com relação à oposição sindical metalúrgica de São Paulo, taxada de aventureira, irresponsável, provocadora, por boa parte dos que hoje alinham o pacto social gerado em conjunto com Delfim.

Se a criação vai nascer ou será abortada, tudo dependerá dos trabalhadores, do peão das fábricas, das minas, dos canteiros de obras e dos campos, e daqueles dirigentes sindicais mais lúcidos, que realmente acreditarem que os problemas dos trabalhadores se resolvem aprofundando sua organização por baixo, nos locais de trabalho e fortalecendo suas entidades — **que só ganham representatividade na luta** —, e não no “tapetão”, por cima, nas negociações com os poderosos.

Porque, como lembrou Hélio Bombardi, da Oposição Metalúrgica de São Paulo, os trabalhadores dificilmente se disporão a ajudar a **administrar a crise**, que é o que, na verdade, lhes propõe o governo e ao que se dispõem alguns setores do movimento operário. “Nos períodos do milagre, éramos tratado a porrete, lembra Bombardi. Ninguém se animou a nos perguntar se nossos salários eram suficientes, se deveríamos receber uma parte dos super-lucros dos empresários. Agora, quando a situação aperta, querem repartir o prejuízo conosco. Muito obrigado”.

Na verdade, quem criou esse modelo, suas distorções quem montou a bomba de efeito retardado que ameaça explodir, que a desmente. Os trabalhadores nada têm a ver com isso, não têm nenhum “interesse nacional” em comum com qualquer setor da burguesia, como já tentaram fazer crer os “conselheiros do Príncipe”, isto é, toda uma série de “economistas da oposição”, ávidos à procura de uma saída para os “problemas nacionais”.

Sejamos francos: os trabalhadores não tem nada que buscar recuperar a economia e, conseqüentemente, os lucros dos patrões. Antes disso, é da sua ruína que se gerarão algumas das condições necessárias para a superação de um sistema injusto, de crises periódicas de exploração constantes. É como o povo costuma dizer: “farinha pouca, meu pirão primeiro”.

Os trabalhadores, certamente, nada tem que ver com os temores da média imprensa (média no tamanho, mas grande os seus compromissos com os patrões), como os do **Jornal da República**, advertir em editorial, no dia 21 de novembro, que caso o pacto fracasse, “só haverá mais um malogro nacional, que pode ser o último da atual situação de poder”.

Porque, não existe só uma alternativa, mais à direita, frente à “atual situação de poder”. Os trabalhadores tem uma alternativa para a crise, sua. **Mas, definitivamente, contra e sem os patrões.**



Pacto social Apertar os cintos, uma proposta antiga.

Nas épocas de crise, a burguesia sempre encontra quem venha em seu socorro, sensibilizado pela defesa dos "supremos interesses nacionais". No Brasil e no mundo inteiro, a cantiga é sempre a mesma e a colaboração de classes é a matriz de todos os pactos sociais.

Embora surpreendentes para o momento que vivemos, propostas de pactos sociais, não são novidade e têm se multiplicado nos últimos anos em outros países (ver matéria abaixo) e sempre com resultados desastrosos para o movimento operário. Mesmo no Brasil, eles já foram possíveis no passado e o chamado período populista foi sua forma mais acabada, quando Governo e movimento sindical, em nome de uma política nacionalista, tentaram caminhar de mãos dadas. Porém mesmo aí, quando o Partido Comunista era reconhecidamente majoritário nas cúpulas sindicais e jogava todo o seu prestígio na manutenção da "harmonia e paz social", os acordos não foram totalmente bem sucedidos, pois os trabalhadores por várias vezes atropelaram suas direções, premidos por suas condições concretas de penúria e fizeram de todos os pactos letra morta. Isto se deu tanto de 1946 em diante, quando os movimentos grevistas se multiplicaram às centenas, quanto nos três primeiros anos da década de 60, com a imprensa burguesa apontando para o "perigo das massas e da república sindicalista".

Depois de 45

No entanto, de todo este longo período populista, que teve em Vargas ou em sua memória, suporte e pano de fundo para uma política de acordo entre governo e sindicatos, o mais exemplar foi aquele que se abriu com a conjuntura de final do Estado Novo (1937/1945) e início do governo Dutra. Neste momento, vamos encontrar, de um lado, o movimento operário totalmente esquecido de sua própria história e inteiramente desarticulado pelos anos de repressão, e, de outro, o Partido Comunista crescendo em seu interior, conquistando as direções dos principais sindicatos e mostrando a maior disposição em fazer aliança com o governo, para conseguir a sua legalização (qualquer semelhança com os dias atuais, não é mera coincidência).

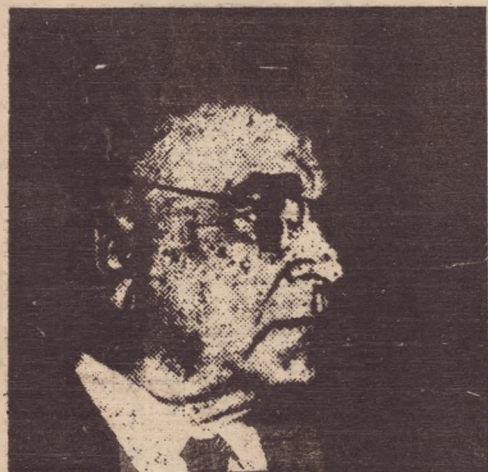
Esta foi a primeira e mais declarada proposta de pacto social feita no Brasil e, diferentemente da que agora se anuncia, não partiu do governo, mas do outro lado, da "oposição", do Partido Comunista, que se auto-proclamava "vanguarda do movimento operário". Já em 1942, as condições para que uma proposta de acordo emergisse já se delineavam, com os primeiros sinais de redemocratização do país, que declara guerra ao nazismo e se mostra sensível à nova política de aproximação com a União Soviética, que se dava a nível mundial.

Num primeiro momento, a oferta dos Comunistas não encontra eco no governo Vargas, pois este não via no movimento operário um perigo e muito menos um possível aliado. Ele ainda dominava totalmente o quadro político nesse início dos anos 40 e os seus "pelegos" cumpriam bem a tarefa de amordaçar as reivindicações dos trabalhadores. Apenas quando começam a surgir as primeiras dificuldades que levariam a sua queda em 1945 é que Vargas começa a ser receptivo aos sinais de boa vontade manifestados pela oposição.

Assim, em abril de 1945, os Comunistas que estavam presos, entre eles Prestes, são libertados, em maio o PCB é legalizado e imediatamente assume posição ao lado do governo, fazendo frente comum com o movimento "queremista" que tinha como palavra de ordem: "Constituinte com Getúlio". Em 1944, é criado o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), sob a direção de João Amazonas, uma organização paralela, que contrariava a estrutura sindical vertical do sindicalismo brasileiro, pois se propunha a congregar sindicatos de todas as categorias, como uma precursora do CGT.

"Ordem e tranquilidade"

O MUT assumirá papel de destaque na efetivação do acordo oferecido pelos Co-



No fim do Estado Novo, Getúlio e Prestes tentaram o apertado dos cintos...



munistas à Getúlio Vargas, substanciando na política de "ordem e tranquilidade". Para isso, os trabalhadores precisavam "apertar os cintos", ou seja, continuar a apertar o cinto, pois outra coisa não tinha acontecido durante todo o Estado Novo. Porém, se nos anos anteriores isto tinha sido possível com base na violenta repressão, agora o seria sob o convencimento e "paz social".

E assim será tentado. Primeiro era necessário "apertar os cintos", por que o Brasil estava em guerra santa contra o nazi-fascismo e os trabalhadores teriam que colaborar não reivindicando, não fazendo greves que poderiam prejudicar o governo. Depois de finda a guerra, era preciso continuar a "apertar os cintos" em nome da paz e da reconstrução da democracia, a seguir, mais uma vez "apertar os cintos" pela Constituinte e assim sucessivamente.

Porém, mesmo controlando a maioria

das direções sindicais e destas organizações paralelas, como o MUT, os Comunistas não conseguiam ser bem sucedidos, pois sua tática se defrontava com a situação objetiva dos trabalhadores, que estavam com seus salários aviltados e com um poder de compra muito abaixo do real. As greves, contra as suas vontades e encaminhamentos se sucediam, no espaço de liberalização aberto com a conjuntura internacional do pós-guerra. O Partido Comunista tudo fazia para que as greves não eclodissem: "a desordem, as greves, e as perturbações só favorecem aos fascistas, inimigos declarados do proletariado e do povo", é o que não se cansavam de repetir. Porém, não podendo segurá-las acabavam aderindo, fazendo, no entanto, todo esforço para que abortassem e assim demonstrassem que sua política era acertada.

O MUT, por exemplo, dirá, em vários momentos, e durante as greves, que "elas

são estimuladas por elementos ligados às forças reacionárias e ao capital estrangeiro colonizador que pretendem criar novamente um ambiente de confusão propício à desordem". E até 1947, quando é declarado ilegal, pelo governo Dutra, continuará repetindo sua palavra de ordem aos trabalhadores, "comparecer ao trabalho, mesmo que agentes provocadores tentem afastá-los de suas atividades, apertar mais o cinto e esperar um pouco, até que, consolidada a vitória da democracia e dentro de seus órgãos próprios, seus anseios e reivindicações sejam normalmente alcançados".

Porém, apesar deste excesso de boa vontade, o movimento sindical não receberá de mão beijada, durante todo este período, nenhum favor do governo. Os sindicatos ficarão sem eleições de 45 a 50, muitos dos quais sob intervenção e para as eleições deste último ano será restabelecido o atestado de ideologia, que tinha um endereço certo, visava barrar os Comunistas. Em junho de 1950, 234 sindicatos ainda estarão sob intervenção do Ministério do Trabalho.

Quando ao Partido Comunista, embora Prestes repetisse em várias ocasiões, "é contra a nossa vontade que atacamos o governo", dando demonstrações da máxima boa vontade, ele termina pois sofrer a repressão que o General Dutra desencadeia sobre o movimento operário indistintamente. Quase todos os sindicatos em que se dão as intervenções eram dirigidos pelos Comunistas e, dando mostras de pouca consideração pelos esforços empreendidos pelo Partido até ali, o governo cassa o seu registro, em 1947.

No mundo inteiro, a cantiga é a mesma

Tentando reconstruir o que foi a história dos diversos pactos sociais, concertados nos mais diversos países e em épocas diferentes, pode-se encontrar, e com singular regularidade, a repetição de vários ingredientes. E sempre atuando contra os interesses do proletariado.

Quase sempre, o ambiente político é de expectativa de golpe, militar, fascista, etc., senão real, mas pelo menos presente na cabeça dos "pactuantes". Isso é válido, por exemplo, para justificar a proposta de "compromisso histórico", na Itália gerada sob o impacto do golpe de Pinochet, no Chile e a título de uma segunda etapa na luta anti-fascista (a primeira ocorreu durante a II guerra até 1948), apresentada pelo Partido Comunista Italiano (PCI) à Democracia Cristã. Essa mesma espada pendia igualmente, sobre a cabeça dos sindicatos ingleses, durante o último governo trabalhista, bem como na Espanha, após a morte de Franco onde se firmou o Pacto de Moncloa, entre o governo Suarez e os partidos e sindicatos operários, ou ainda na Argentina, após a queda da ditadura militar, e 1973, sob os auspícios da Confederação Geral do Trabalho e a Confederação Geral Econômica. Em suma, o elemento comum a todos eles, é a idéia de que os respectivos países tornar-se-iam ingovernáveis e ficariam à beira da ruína, sem um grande acordo entre o capital e o trabalho.

Congelar salários

O outro grande ponto em comum é a idéia de que o congelamento de salários deve se tornar um dique contra o processo inflacionário, revertendo essa tendência e conseguindo o congelamento dos preços — mantendo assim estável a participação do trabalho na renda nacional. É claro aqui que estamos diante de uma visão simplista, embora de marcado conteúdo de classe, de que os salários são o principal componente das espirais inflacionárias.

A maneira de se unguir os representantes das classes que irão assinar os pactos também é parecida: obviamente sentam-se na mesma mesa pessoas dispostas a acordos. Mas, por exemplo, o fato de o Conselho dos Sindicatos britânicos terem atrás de si 12 milhões de associados, não significa que, ao tomar uma decisão tão importante, esteja interpretando com correção os anseios dos seus representados. A coisa fica muito mais gritante na Espanha, onde os acordos foram acertados fundamentalmente no Parlamento, recém-eleito depois de quarenta anos de franquismo, e entre os partidos que se reivindicavam a representação "da nação" como um todo.

Na Argentina, temos o exemplo mais claro das limitações desse processo,

após a após a retirada de Lanusse, em 1973, quando do lado dos operários ungiu-se a CGT, estrutura pesadamente burocrática, que tinha representatividade nos setores atrasados do proletariado, mas bastante escassa nos setores de ponta e, do lado dos patrões, a CGE, que praticamente só representava os setores nacionais e não monopolísticos do patronato argentino. O que aconteceu era fácil de ser previsto; os operários que puxavam as mobilizações continuaram com seu antigo comportamento, e os setores monopolísticos da economia, justamente os que mais podem ganhar com a inflação, continuaram tentando manter seus super-lucros.

O "Interesse Nacional"

De uma maneira geral, as direções operárias que fazem pactos é formada por elementos que já se cristalizaram na função institucional de representação dos interesses da classe operária. Tendo saído da produção e mergulhado no trabalho burocrático, tendem a adotar comportamento e visão de mundo pequeno burguesa, modificando substancialmente sua maneira de pensar: passam a falar em "economia nacional", "interesse nacional" e outros conceitos saídos dos manuais de civismo, quando o que conta para o operário são apenas as suas condições concretas de vida. Assim, do lado operário, temos direções reformistas e bases que ainda não se colocaram a estratégia a seguir para manter ou melhorar as suas condições de vida. Quando essas questões são colocadas, fica questionada a representatividade dessas direções. Tanto é assim, que na Itália, no dia seguinte ao anúncio do grande acordo entre capital e trabalho promovido pelo PCI, que 1977 através da Central Sindical sobre seu controle, o operariado sai às ruas indignado e vira a mesa: grande ginástica fizeram Berlinguer Secretário Geral do partido e Lama, Secretário do Confederação Sindical dos Trabalhadores, para explicar que não haviam assinado o acordo que haviam assinado... Em suma, o que parece se passar em todas essas situações é o seguinte: apesar das eventuais boas intenções dos protagonistas dos pactos, em economia capitalista é muito mais fácil controlar salários do que preços, tendências inflacionistas não se invertem do dia para a noite e com salários congelados o seu efeito concentrador de renda é muito mais intenso. E as lideranças construídas em épocas passadas, podem resistir bastante tempo desde que não sejam exigidas. Quando é questionada a sua adaptação aos novos tempos, muita coisa pode acontecer. Se o pacto é uma "fria" para o "dirigente" do proletariado, para o proletário ele é uma "gelada".

(Roberto Grum)

44 anos depois:
O que nem as FFAA nem o PC dizem da
«revolta vermelha»

1935: A face oculta da insurreição

No último dia 27 de Novembro comemorou-se mais um aniversário da Insurreição Nacional Libertadora de 1935. Por trás da histeria militar atual bem como da camuflagem que o PC tenta fazer do episódio, há, no entanto, toda uma realidade desconhecida.

Por Marco-Aurélio Garcia

Dia 23 de novembro de 1935, com a sublevação do 21º Batalhão de Caçadores, sediado no Rio Grande do Norte, e subsequente constituição em Natal de um Comitê Popular Revolucionário, dava-se início ao que a historiografia oficial viria a chamar de «Intentona Comunista». Um dia após seria a vez do 29º Batalhão de Caçadores do Recife sublevar-se, sob a direção do tenente Silo Meirelles, num levante sufocado horas depois. A onda vermelha às primeiras horas da manhã do 27 de novembro, quando os insurrectos do Terceiro Regimento de Infantaria da praia Vermelha, no Rio de Janeiro, foram obrigados a render-se frente ao cerco e intenso bombardeio que sofreram por parte das tropas legalistas comandadas pelo então general Eurico Gaspar Dutra.

Desde então, o 27 de novembro vem sendo comemorado pelas Forças Armadas nos Brasil como uma espécie de dia do anti-comunismo, ocasião para inflamados discursos e ordens-do-dia nos quais se vitupera «a subversão vermelha» responsável, segundo as versões oficiais, pelo assassinato a sangue frio e pelas costas de oficiais e soldados que dormiam nas guarnições sublevadas pelos militares ligados a Aliança Nacional Libertadora, sob cuja direção se desenvolveu o movimento de 1935.

Não importa que a tese dos assassinatos seja hoje amplamente desmentida pelas pesquisas de historiadores idôneos e que tudo indique que os soldados governistas tenham sucumbido em combate, quando não alvo dos próprios obuses lançados pelas tropas federais, como foi o caso na praia Vermelha.

A idéia da execução de militares

IRROMPEU A REVOLUÇÃO EM PERNAMBUCO E NO RIO G. DO NORTE

Desde as 11 horas se acha reunido no palacio Guanabara o ministerio, sob a presidencia do enr. Getulio Vargas

DEPOSTO O GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO NORTE

PROSEGUEM AS LUTAS ENCARNIGADAS EM AMBAS AS CAPITAES CONVULSIONADAS

O CONGRESSO INTEGRALISTA DE PESQUEIRA FOI, SEGUNDO O PADRE ARRUDA CAMARA UM DOS MOTIVOS DO LEVANTE POPULAR EM PERNAMBUCO. AS FORÇAS DE MARECHAL BALTHAZAR MEIRELLES CHEGAM A RECIFE. O GENERAL MANOEL RABELO CHEGOU A RECIFE COM AS SUAS FORÇAS COMPLETAS



A manchete da «revolução» em Natal

por seus próprios camaradas de farda, endemoniados pelo fanatismo vermelho, aparece como um componente ideológico, de gosto duvidoso mas de eficácia comprovada, na luta contra as «ameaças» do comunismo ou tudo

aquilo que as classes dominantes designam por tal nome do Brasil.

O que é mais grave, no entanto, é o silêncio daqueles que protagonizaram a «Insurreição Nacional Libertadora» de 1935, até hoje incapazes de ter oferecido um balanço sistemático de um acontecimento cuja importância transcende de muito a história do Brasil contemporâneo.

O próprio Luis Carlos Prestes, comandante da insurreição, e recentemente retornado ao Brasil se mostra extremamente reticente a respeito do movimento de 35 limitando-se a desmentir a tese das execuções de militares ou a fazer uma mitigada auto-crítica, tocando mais os detalhes do movimento do que seus fundamentos, subestimando o lugar que ele ocupou no conturbado período que atravessava o país naquele momento, sua significação para a história do Partido Comunista Brasileiro e suas relações com a Internacional Comunista, esca-moteadas por Prestes e pelo PCB ou tratadas em linguagem policiaesca pelas Forças Armadas.

A história dos acontecimentos que culminam em novembro de 35 com as sublevações de Natal, Recife e Rio tem necessariamente que incorporar, para permitir a compreensão do que estava em jogo na luta política no Brasil, naquele período, uma série de outros componentes essenciais que vão desde a análise de composição do movimento tenentista até as transformações que se operam no Partido Comunista após 1930 e, particularmente as inflexões nas orientações da Internacional Comunista, especialmente após a subida de Hitler ao poder, em fevereiro de 1933, na Alemanha.

O PCB antes de 35

Um partido «proletarizado»

Para compreender o papel que o PCB teria em relação à ANL é importante acompanhar a evolução que o Partido sofreu a partir de 1930. O Partido Comunista é um fator totalmente marginal nos acontecimentos que em 1930 culminam com a subida de Getúlio ao poder. Não só ele era uma pequena organização (em torno a mil militantes) como se encontrava mergulhado numa profunda crise interna. Os conflitos específicos que o PC atravessa se articulam com as tendências divergentes que se manifestam no movimento comunista internacional. O PCB sofre um desgaste a partir do surgimento aqui de uma oposição de esquerda, desgaste que vai se acentuar com a aplicação, ainda que tardia, da orientação «proletarizante», o que significou na prática a marginalização de vários quadros de direção que não tinham «origem proletária». O próprio Astrogildo Pereira, fundador e secretário-geral do PCB durante anos não é poupado, sendo excluído do Partido.

O PCB se encontra, igualmente, fustigado por uma consciência particularmente incômoda no começo da década. De seu exílio — em Montevideo ou Buenos Aires — o prestigioso capitão Luis Carlos Prestes lança sua Liga de Ação Revolucionária (LAR), logo encarada pelo partido como uma réplica cabocla do Kuomintang chinês, pouco faltando para que Prestes seja considerado como um emulo de Chiang Kay Chek.

O obreirismo do PCB se reforça pela sua presença em alguns movimentos grevistas importantes e tem sua expressão ideológica na luta contra o «prestismo». À sua maneira, o PCB cumpre as determinações do Sexto Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou, em setembro de 1928, que fazia do combate às correntes social-democratas ou tendências afins no campo da pequena-burguesia o inimigo fundamental. Esta orientação presidiu a suicida conduta do PC alemão nos anos que antecederam a ascensão do nacional-socialismo ao poder. Mas as pretensões independentistas de Prestes — que ele próprio atribuiria mais tarde a «desvios» esquerdistas (muitos falam de contatos do «cavaleiro da esperança» com trotskistas naquele período) — duram pouco e já em 1931 ele desfaz as especulações de setores da oposição em torno a seu nome afirmando ser o PCB a única alternativa revolucionária no país.

A despeito desta abjuração e do fato mesmo da figura de Prestes perder um pouco sua incidência na vida política do país, depois de sua partida para a URSS, a luta «contra o prestismo» ainda ocuparia um lugar importante na vida do PCB, o que justificaria que Fernando Lacerda, um de seus mais destacados dirigentes, escrevesse ainda em 1934:

«O prestismo não é a simples admiração ou confiança cega na pessoa de Luis Carlos Prestes. É toda uma ideologia que tem suas origens na mentalidade pouco segura e firme da pequena

burguesia, camada social intermediária, vacilante, entre as duas classes principais da sociedade capitalista: o proletariado e a burguesia».

A ascensão de Miranda

O peso da luta contra o prestismo até meados de 1934 explica a decisão do PCB em rejeitar em 1932 o pedido de incorporação em suas filas de Américo Maciel Bonfim, ou Adalberto Fernandes, ou, simplesmente, «Miranda», como viria a ser conhecido mais tarde este ex-dirigente da Liga de Ação Revolucionária.

Neste mesmo ano de 1932, um pouco após não ter sido admitido no PC, Bonfim é protagonista de uma fuga, que muitos comunistas consideram até hoje como «suspeita» (este é o caso, por exemplo do falecido historiador Leônicio Basbaum), e em 1933, não só ele é aceito no Partido, como ascende ao Comitê Central. Mas sua meteórica carreira não termina aí. Em 1934, Américo Bonfim ou Adalberto Fernandes se transforma em Miranda e passa a ocupar nada mais nada menos do que a secretaria-geral do PCB. É nesta condição de dirigente máximo de um partido que se reforçava a olho vistos, que ele viaja a Moscou para entrevistar-se com os dirigentes da Internacional Comunista e, em particular, com Luis Carlos Prestes. Destas entrevistas — sobre as quais até hoje não se sabe praticamente nada — é que possivelmente fluirá a orientação insurreccionista posta em prática em novembro de 1935.

Prestes e o papel da Internacional Comunista

O processo de aproximação de Prestes ao movimento comunista é dos mais paradoxais. Sua compreensão é decisiva no entanto para o entendimento do ocorrido em 1935 no Brasil e para todo o curso posterior do PCB.

Em 1930, ao rejeitar a oferta que Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha lhe faziam de ser o comandante do movimento revolucionário em preparação e que guindaria o primeiro ao poder, Prestes rompe com seus companheiros do movimento tenentista que se encontravam lançados de corpo e alma na conspiração que poria fim à Velha República.

A evolução do "cavaleiro da esperança" é notável. Seus textos deste período denunciavam o imperialismo e a estrutura feudal, e representavam uma incorporação em sua linguagem de elementos que ele vai adquirindo em seus contatos com o marxismo.

As primeiras reuniões do PC com Prestes, ainda nos anos 20, na Bolívia e no Uruguai, não são muito promissoras, tanto é assim que 30 ele ainda persiste em seu projeto da L.A.R.. A mudança decisiva em sua posição, segundo ele mesmo revelou mais tarde, se opera a partir da influência que sobre ele vai exercer Guraliski, um lituano enviado pela direção da Internacional Comunista para organizar o Birô Sul-americano da I.C..

É Guraliski, igualmente, que acertou a viagem de Prestes para a URSS, apesar da retórica anti-tenentista desenvolvida pelo PCB naquela época.

Na URSS

A viagem do capitão Prestes à URSS aparece como a oportunidade de incorporá-lo ao processo de construção do socialismo naquele país, acelerado pela aprovação do Primeiro Plano Quinquenal em aplicação quando de sua chegada ao país dos soviets.

Mas não são suas capacidades como engenheiro militar que parecem mais atrair a seus anfitriões. O interesse maior que ele apresenta é seu passado político, a áurea de que seu nome está cercada desde os tempos da Coluna e o fato de se tratar do único quadro da pequena burguesia radical que recusou ser cooptado pelos novos donos do poder no Brasil.

A Internacional Comunista, neste momento totalmente controlada por Stálin, enfrentava uma difícil crise. O último estertor da revolução alemã, em 1923, havia transferido as esperanças revolucionárias para a China, mas os massacres de Cantão e Xangai, em 1927, haviam deixado a revolução mundial sem um centro visível, fora a URSS, é claro, cuja defesa se transformara na "tarefa das tarefas".

É a partir de 1928, durante o Sexto Congresso, que a América Latina começa a aparecer como uma possível zona quente para uma nova vaga revolucionária mundial. Bukarin, então todo poderoso na IC se refere à América Latina em seu discurso e os problemas do continente são objetos de algumas discussões importantes. A delegação dos PCs latinoamericanos é relativamente grande.



O julgamento de Prestes

A importância que o continente passa a ter para a IC tem várias consequências práticas: a criação de um Birô Sul-americano, com sede em Montevideu, e o envio de um responsável da Internacional (Guraliski) para dirigi-lo; a criação de um Birô do Caribe (com sede em Nova York), a realização da Primeira Conferência de Partidos Comunistas Latino-americanos, em Buenos Aires, em 1929 e da Primeira Conferência Sindical, no mesmo ano, em Montevideu. Finalmente, em 1930, a **Correspondência Internacional**, bi-semanário da IC publicado em várias línguas, difundia um projeto de **Teses sobre a América Latina**, o primeiro documento desta natureza estampado numa publicação da Internacional.

Esquerdismo

Mas a convicção de que se abria um "terceiro período" da luta revolucionária impulsiona uma orientação esquerdista no conjunto da Internacional que afeta, igualmente, o continente. As manifestações deste esquerdismo são muitas: ruptura dos comunistas com Sandino, que passará a ser acusado de "agente do imperialismo", a insurreição de El Salvador, em 32, cujo fracasso acarreta uma "matanza" de cerca de 20 mil camponeses e o desmantelamento do forte PC salvadoreño, marginalização do PC chileno durante a breve "República Socialista" dirigida por Grove e Matte, atitude ambígua do

PC cubano frente à ditadura declinante de Machado e tentativa posterior de formação de "soviets" rompendo a unidade com as correntes radicais influenciadas por Antonio Guiteras, para só citar alguns casos.

Uma «virada» decisiva

A "tragédia da classe operária alemã" e as ameaças fascistas que rondam outros países, especialmente a França, forçam na prática uma reorientação da Internacional. Ainda que esta "virada" formalmente só dê em 1935, quando se realiza o Sétimo Congresso da I.C., quando Dimitrov anuncia as teses sobre as **Frentes Populares**, já anteriormente, a partir de 34, se esboça uma mudança de linha importante dentro da I.C. Em 1934, chegam a Moscou um grande número de dirigentes comunistas latino-americanos que deveriam participar no Sétimo Congresso. A postergação do evento não impede que se realize uma importante reunião destes dirigentes com eminentes personalidades da Internacional, dentre as quais Maurice Thorez, Ho Chi Minh, Palmiro Togliatti, Dimitrov e outros.

Os testemunhos sobre esta reunião — incompletos, problemáticos, mas nunca desmentidos — dão conta de uma forte polémica que opôs não só os dirigentes do Comitê Executivo da IC, como os próprios delegados da América Latina. Tratava-se, fundamentalmente, de ver como se aplicaria em nosso continente a nova linha que se esboçava.

O putshismo da ANL

A evolução que os acontecimentos têm no ano de 1935 é ininteligível se não levamos em conta a forma pela qual se dá a relação de Prestes com o PCB e, através dele, o peso que passa a ter no partido o componente tenentista.

O PCB, que repudiava Prestes até 34, é obrigado a aceitá-lo e, às vésperas dos levantes armados de 35, a incorporá-lo em seu Comitê Central. A anomalia da situação reside no fato de que o Prestes que ingressa no PC já pertencesse nada mais nada menos do que ao Comitê Executivo da Internacional Comunista, da qual o PCB era uma seção.

É por este rombo aberto na rigidez de um partido marcado até então pelo obreirismo que vão penetrar setores das camadas médias com uma longa tradição putshista, particularmente os "tenentes".

Aliança

A despeito das advertências de Dimitrov sobre a necessidade de ampliar a base social da ANL, especialmente pela incorporação a esta frente das massas camponesas, a gravitação da Aliança é essencialmente urbana e, particularmente, nos setores médios. Dentre estes, os segmentos militares ocupam um lugar destacado, no interior dos quais permanecem vigentes as concepções de prática política que marcaram os anos 20: o gosto pela atividade conspirativa, o peso excessivo dado às ações militares, desenvolvidas a partir de frações das próprias forças armadas, e uma incapacidade, mais de uma vez demonstrada, de estabelecer uma junção entre estes setores militares de avançada e o movimento de massas.

Programa e tática

A ANL, por outra parte, está claramente marcada por uma certa flutuação programática. Seu anti-imperialismo e anti-fascismo são genéricos e apresentam um caráter nitidamente propagandístico. As consequências disto no plano da tática são nefastas.

Em primeiro lugar, o programa abstrato não permite estabelecer uma sólida aliança entre a classe operária (ainda reduzida, por certo) e o campesinato. Menos ainda, assegurar sua hegemonia na frente



A rendição dos insurretos

te. Mais grave, no entanto, é que a generalidade e abstração do programa da ANL permite que a pequena burguesia venha a desempenhar política e ideologicamente a hegemonia dentro do movimento.

Esta hegemonia está expressa e é reforçada nos apelos de Prestes, como o de cinco de julho de 1935, após a dissolução da Aliança, onde ele invoca o exemplo dos combatentes do forte de Copacabana.

Não deixa de ser uma dessas ironias da história que a repressão à insurreição de 35, no fracassado intento de sublevar a escola de aviação do Campo dos Afonsos, fosse dirigida justamente pelo grande

"herói" do forte de Copacabana, o então coronel Eduardo Gomes.

Husões

Mas tudo não se pode resumir às "deformações putshistas" que como um componente essencialmente tenentista, teriam empurrado o PCB à aventura, como querem muitos militantes e dirigentes do PCB até hoje empenhados historicamente em uma cruzada "anti-esquerdista".

Se é certo que o gosto pela conspiração e o hábito com práticas que haviam abundado nos anos vinte teve seu peso e sua importância, não é menos certo que outros elementos são mais radicalmente decisi-

Segundo o depoimento de Eudoxio Ravines, dirigente comunista peruano e que mais tarde romperia com o PC em um ruído livro (**O Caminho de Iena**) duas posições se perfilam: uma que trata de tirar todas as consequências da linha de Frentes Populares em gestação e que busca expressá-la através de uma via eleitoral e outra que insiste no caminho insurrecional, ainda que não rompendo com a política de alianças insinuada pela nova orientação.

O impasse, segundo Ravines e, igualmente, conforme o depoimento de Margareth Büber-Neumann (esposa do dirigente do PC alemão, Neumann, entregue por Stálin aos nazistas) se resolve por um compromisso: as 2 vias se implementariam — a insurrecional, no Brasil, e a eleitoral, no Chile (lembramos que em 1938, a Frente Popular, integrada pelo PC, pelo PS e pelo Partido Radical chileno, vence as eleições presidenciais com o radical Aguirre Cerda).

Assim, ainda que seja falso reduzir a insurreição de 35 à "mão de Moscou" como há 44 anos pretende a propaganda oficial, não se pode ocultar o fato de que a Internacional havia dado sua sanção a esta via dentro do marco geral da política das Frentes Populares.

É nesta perspectiva que são enviados Prestes e outros quadros da Internacional para o Brasil, através de canais clandestinos. A escolha mesma dos quadros parece indicar a opção pela via insurrecional. Arthur Ewert (que no Brasil seria conhecido como Harry Berger), parecia estar em desgraça por suas posições simpáticas ao PC chinês, particularmente a Mao; Rodolfo Ghioldi, até hoje vivo, e que veio também para o Brasil, é considerado pelos estudiosos do PC argentino como integrante de sua "ala esquerda".

Finalmente, e não apenas um simples detalhe, Prestes teria votado favoravelmente aos insurrecionalistas na discussão antes aludida, voto que seria mais tarde reforçado pelos informes triunfalistas sobre as perspectivas revolucionárias de Miranda em Moscou. Tudo parecia transformar o Brasil em um campo privilegiado para a nova política de alianças, política que se implementaria no entanto aqui pela força das armas.

A Aliança Nacional Libertadora, formada no Brasil, passa a ser oferecida nas publicações da Internacional como o modelo de Frente Popular a ser seguido.

Sobre ela, assim se expressa Dimitrov no Sétimo Congresso:

"No Brasil, com a criação da Aliança Nacional Libertadora, o Partido Comunista que estabeleceu um princípio acertado para o desenvolvimento da frente única anti-imperialista, tem que fazer todos os esforços para continuar alargando no futuro essa frente, por meio da incorporação, em primeiro lugar, das massas de milhões de camponeses, orientando-se para a criação de destacamentos de um exército popular revolucionário entregues sem reserva à revolução, e trabalhar pela instauração do Poder da Aliança Nacional Libertadora."

vos para explicar o fracasso político e militar de novembro de 35.

Por um lado, apesar da aparência esquerdista, a linha definida pela Internacional para o Brasil não saía dos quadros da política global de colaboração de classes traçada para o período. Mais grave, esta orientação colaboracionista deveria ser implementada por uma via insurrecional, que, pelas condições de amadurecimento político, do país desembocava necessariamente numa saída golpista.

Mas não só o PC não se dá os elementos de constituir uma aliança dos explorados e das camadas médias, como ele subestima totalmente a correlação de forças no interior das classes dominantes e as transformações que se insinuam no interior do aparelho de Estado, particularmente nas forças armadas.

Mais fascinados pelas aparências do que pelo seu conteúdo real, os dirigentes do PC não compreendem os exercícios bonapartistas realizados por Vargas e confundem a utilização que este faz dos integralistas com uma suposta vocação fascista do presidente. Não captam, por esta razão, a natureza real das contradições que opõem Vargas a segmentos políticos das classes dominantes, cuja ausência de vocação hegemônica se fazia cada dia mais patente, o que se manifestaria com toda sua evidência a 10 de novembro de 1937.

O PC e Prestes, não vêm as mudanças operadas nas forças armadas, o fato de que elas passam a integrar-se pela via da cooptação que Vargas realiza nos setores fundamentais do tenentismo, na verdadeira garantia de um projeto burguês, que não conta com o apoio real e duradouro de nenhuma fração da burguesia brasileira naquele momento.

A insurreição da praia Vermelha não produziu na sociedade brasileira, como Prestes esperava, o mesmo efeito que treze anos antes haviam produzido os canhões do forte de Copacabana ou um pouco depois sua longa marcha pelo Brasil.

O novo Estado surgiu da revolução de 1930 se preparava para ser o Estado Nova de 37. As forças armadas, de contestatárias de um sistema de dominação em crise se transformavam em garantia de uma nova ordem nascente.

Tietê, Tietê

Entrevista com participantes do grupo "Os Farsantes" sobre seu trabalho em "Tietê, Tietê", cartaz do Studio São Pedro em São Paulo. Entrevista a Luiza Moreira e José Mário Ortiz Ramos.

No mesmo dia em que começa a revolução de 32, Mario e Oswald de Andrade partem numa expedição ao Amazonas em busca de nossas raízes. Junto vão D. Olívia Guedes Pentead, mecenas e dama da sociedade paulista, Pagu Galvão, militante foragida da polícia e Macunaima, um criado. Mas o navio vai dar no Rio Tietê, nos arredores de Laranjal Paulista, e os pesquisadores são capturados pelos personagens de Monteiro Lobato, em armas numa revolta contra seu criador. Um espetáculo vivo, cheio de idéias, irreverente. Tão cheio de idéias que às vezes fica confuso. O diretor, Márcio Aurélio, e dois atores, Cecília Camargo e Edécio Mostaço, respondem a algumas das perguntas que ficaram no ar depois da peça.

— **Prá começar vocês podiam dizer como o grupo se formou, como surgiu a idéia deste trabalho e quais as intenções de vocês como grupo.**

— **CECILIA CAMARGO:** Nós começamos com a idéia de fazer um trabalho para levar no 1º de maio este ano em São Bernardo. Mas desistimos porque estava muito em cima da hora. Começamos a nos reunir para ler e estudar. O Márcio trouxe este texto e começamos a discutir. O Alcides (autor) chegou a reescrever algumas coisas por causa de nossas discussões.

— **MÁRCIO AURÉLIO:** "Tietê Tietê" trata principalmente de duas revoluções — 22, uma revolução cultural e 32, uma revolução política — e das relações entre elas. Fala também de nós, de como vamos nos organizar em função desse passado. Por isso, quando aparece em cena o Oswald de Andrade o que está sendo focalizado não é tanto o Oswald, tal como ele era, mas principalmente, a institucionalização da figura dele.

Os Personagens

— **Ai o trabalho de vocês fica um pouco confuso. Em certos momentos vocês parecem interessados em salvar ou condenar os personagens. Na cena em que Pagu rompe com D. Olívia e os modernistas, ela é salva de fazer parte do monumento fúnebre no fim da peça.**

Salvar por que? Isso abre espaço para uma interpretação literal do espetáculo. O Mário de Andrade, então, seria julgado pouco mais do que um puxa-saco. E que importância tem, para ler o Mário de Andrade, saber se ele foi ou não puxa-saco? Nesta linha, o espetáculo teria um grande senão: em vez de críticas a 22, vocês fariam fofocas irrelevantes. Em outros momentos a coisa muda de figura. Macunaima é tratado com simpatia. Os personagens de Monteiro Lobato (um reacionário perto dos modernistas) estão empenhados num movimento realmente libertador. Deste ponto de vista vocês valorizam a obra, ao mesmo tempo em que destroem a imagem olímpica dos autores. Isso já é mais convincente como crítica; especialmente crítica interessada na importância atual do modernismo.

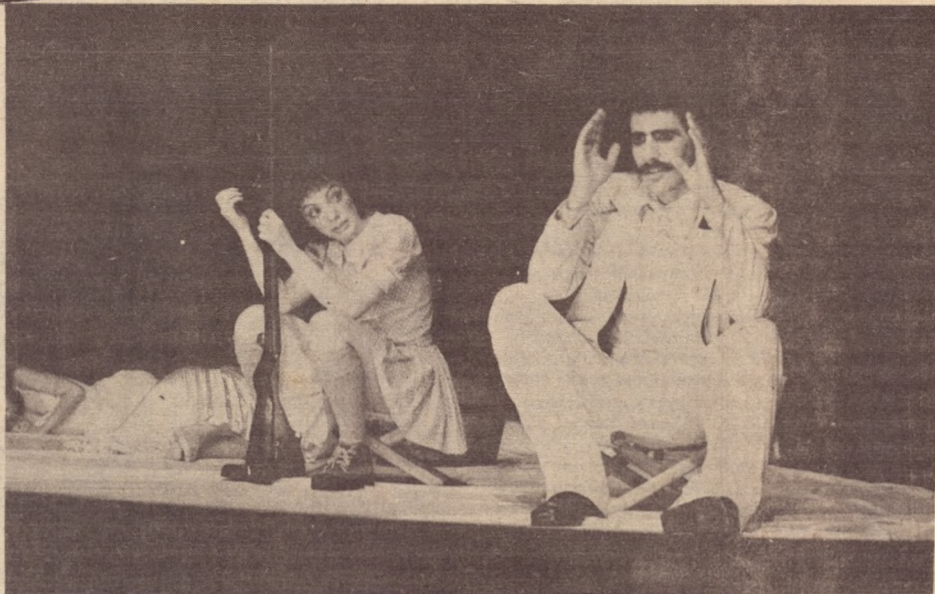
— **Ao construir os personagens, vocês não decidem entre um e outro enfoque, e sobra uma certa confusão para quem vê.**

— **ELDÉCIO:** Você detectou uma contradição que de fato existe. A gente lida com personagens que existiram e foram vistos por um autor de uma certa maneira. Por sua vez o diretor viu o texto do seu jeito, e os atores têm de construir os personagens a partir de tudo isso e de sua visão pessoal. No processo teatral há uma superposição de contradições que resulta em vários níveis de leitura. No texto o tratamento do Mário de Andrade é mais violento que no espetáculo, ele é uma personagem linear, sem nuances. Eu atenuei, introduzi algumas tensões e contradições, porque o Mário de Andrade na minha cabeça não era o do texto. O autor tem muita simpatia pelo Oswald, mas isso não aparece no discurso do personagem, e sim na forma do texto, que é bem oswaldiana.

— **MÁRCIO:** A cena do chá entre D. Olívia e Mário de Andrade é uma cena do "Banquete" do Mário. O Alcides mudou o contexto, deu todo um sentido novo pra coisa, mas também fez uma citação.

O tempo da TV no Teatro

— **Vocês montaram um espetáculo com muito pique. Seria interessante falar um pouco sobre a maneira de vocês trabalharem o texto.**



Emília, de Monteiro Lobato, conversa com Oswald de Andrade, em Tietê, Tietê.

— **EDÉLCIO:** Basicamente houve duas linhas de trabalho. Uma parte intelectual em que lemos, estudamos, fizemos seminários sobre 22 e 32; e uma parte prática. Líamos a cena, víamos seus objetivos, fazíamos e discutíamos como ficava melhor, o que conservar, o que deixar de lado. Tivemos muitas dificuldades — atores que tiveram de abandonar o trabalho, ou que tinham problemas muito sérios com o texto. Mas sempre conseguimos nos organizar para tirar partido dessas dificuldades.

— **MÁRCIO:** Uma das minhas maiores preocupações é formar uma linguagem nova de teatro, a partir de dados do cinema e da televisão. Nesse sentido, também o meu trabalho é oswaldiano: o uso do corte, a rapidez. Usamos um tempo bem rápido, como o da televisão. Tentamos usar a música não como um pano-de-fundo, mas como elemento significativo. No começo, meio e fim do espetáculo utilizamos o começo, o meio e o fim da "Floresta Amazônica" do Villa Lobos (que, aliás, foi composta para um filme). Isso deu bastante unidade para o nosso trabalho, e bastante senso de tempo. O texto não tem rubrica de ação. Só a gente sabe o que foi para armar o espetáculo. O legal neste grupo é que todo

mundo se jogou no trabalho, e a gente sempre fez tudo coletivamente. O dinheiro é repartido igualmente entre todos, atores, técnicos, eu mesmo. Descobrimos que temos muitas afinidades. O humor é básico para nós. Hoje em dia, qualquer que seja o nível de discussão o importante é o humor. Nosso trabalho, em si, foi muito gostoso de fazer.

— **Isso a gente sente quando vê a peça, e só isso já vale. Por último gostaríamos que vocês tentassem se situar em relação às principais linhas de teatro brasileiro, o Arena, o Oficina.**

— **MÁRCIO:** O Edécio fez parte do núcleo do Arena. Eu fui ligado ao Oficina, quase todos do grupo foram muito influenciados por ele. Mas para mim, quase começou no interior, quando eu fazia circo-teatro. Muitas outras coisas também estão bem presentes no nosso trabalho: o cinema novo, o "Zero" do Ignácio de Loyola, além do peso do Brecht, que eu acho fundamental. O problema principal para nós é este: depois de tudo isso, como fazer teatro? Tem uma fala do "Galileu Galilei" muito bonita. Ele diz que quando era pequeno e saía de barco ficava com medo porque a terra ia se afastando cada vez mais, mas que, adulto, ele sabe que as coisas não são bem assim.

Ciclo de Cinema — Bunuel

Cine Clube da Face — Tamoios 591 — Belo Horizonte

30/11 e 2/12 — Viridiana

7 e 8/12 — Anjo Exterminador

14 e 15/12 — A Bela da Tarde

Horário Sextas — 20:30 horas

Sábados — 19 horas

Promoção: Federação de Cineclubes de Minas Gerais / Cine Clube Face

Leia e assine

REVISTAS EL VIEJO TOPO e TRANSICION (Espanha)

Distribuição para todo o Brasil EDITORA COMBATE SOCIALISTA



EL VIEJO TOPO — * Assinatura: 6 meses: 1 ano
* Números atrasados:
* Números EXTRAS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
* Coleção completa: do nº 1 ao 37

TRANSICION — * Assinatura: 6 meses: 1 ano
* Números atrasados:
* Coleção completa: do nº 1 ao 13

Assinaturas: Não é necessário pagar nada antecipadamente, o assinante pagará cada revista pelo reembolso postal, mensalmente.

Preço: EL VIEJO TOPO e TRANSICION Cds 125,00 cada exemplar, inclusive os números atrasados e números extras.

Nome:

Endereço:

Cidade: CEP: Estado:

Preencha o cupom, ou escreva uma carta, e envie para

EDITORA COMBATE SOCIALISTA — Caixa Postal, nº 10319

— CEP: 90.000 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

EL VIEJO TOPO — Números atrasados —

- Os herdeiros de Marx / Imprensa revolucionária na sociedade burguesa
- Mandel (entrevista) / Dossiê Anarquismo
- Sartre (entrevista) / Dossiê Eurocomunismo
- Anarquismo e comunismo / Fernando Claudin / Antipsiquiatria
- China depois de Mao / Louis Althusser
- Pela reconciliação popular / Imperialismo / Foucault
- Militância e revolução / Dossiê Stalinismo / Gramsci e os Conselhos Operários
- Filosofias de Underground / Homossexualidade
- Parlamentarismo ou Revolução / Marxismo e Liberdade
- Índios metropolitanos / Feminismo / FBI
- Novos filósofos / Dossiê sobre Ditadura do Proletariado
- Ernest Bloch - A Comuna de Paris
- Contra o cárcere - Rosa Luxemburgo
- A crise da esquerda revolucionária - Gramsci
- Alemanha: gulag ocidental - O novo sub-proletariado
- Pedagogia e marxismo - O orgasmo e revolucionário - Literatura e cultura
- Fascismo
- Poulantzas - Lucio Magri - Surrealismo
- Pierre Broué - Sartre / Eduardo Galeano
- Dossiê Maio de 1968 - Althusser e Coletti: A crise do marxismo
- Marxismo e irracionalismo / Debate no PCF
- Velha e nova política do PCF / Foucault
- Comunicação alternativa
- Autonomia operária / Ciência e Sociedade
- Lukács inédito - Cinema e guerra civil
- J. Goytisolo - Agnès Heller - E. Balibar
- Samir Amin - A universidade contra a vida - Dossiê Trotskismo
- Conversas com a esquerda da esquerda / o indivíduo frente ao Estado
- Socialismo e revolução sexual / Militância de esquerda
- Cuba, 20 anos - Dossiê Freud - Stalinismo, ideologia da burguesia de Estado.

EL VIEJO TOPO EXTRA (números extras)

- * EXTRA Nº 1: Anarquismo
- * EXTRA Nº 2: A URSS e os países do Leste
- * EXTRA Nº 3: Violência e Terrorismo
- * EXTRA Nº 4: Militância e Partido



Centenário do nascimento de Trotski

Trotski: da Oposição de Esquerda à IVª Internacional

A fundação da IV Internacional em 1938 é ainda hoje contestada mesmo entre pessoas que reconhecem o lugar eminente que Trotski ocupa na história do movimento operário, embora ele próprio a tenha considerado como "o trabalho mais importante de sua vida".

Por Pierre Frank (*)

Em relação às questões mais fundamentais pelas quais lutou, Trotski tinha uma confiança inabalável na verificação que a história lhe daria. "A história nos dará razão", eu o ouvi dizer mais e uma vez. E no último momento de sua vida, após ter recebido o golpe fatal da picareta, foi o que ele expressou ainda ao declarar: "Eu estou convicto da vitória da IVª Internacional. Adiante!"

Esta convicção profunda tinha sua origem nos acontecimentos de outubro de 1917. Numerosos historiadores reconheceram que no curso deste ano Lenin havia passado *de fato* para as posições defendidas por Trotski já há mais de 10 anos, em sua teoria da revolução permanente. Mas, assim como Lenin havia tacitamente se aproximado de Trotski sobre essa questão, ao mesmo tempo, Trotski assumia as concepções de Lenin sobre o partido, rompendo com sua posição anterior. Ambos iriam inscrever a concepção de um partido revolucionário internacional regido pelo centralismo democrático nos documentos dos primeiros congressos da Internacional Comunista. A falência da IIª Internacional, a vitória da Revolução de Outubro e as derrotas posteriores das revoluções socialistas na Europa depois da guerra de 14-18 haviam levado Trotski à conclusão leninista anterior de que a vitória só poderia ser assegurada por um partido revolucionário do qual estivessem excluídos os reformistas e todos os elementos vacilantes que, nos momentos decisivos, caem quase que inevitavelmente no oportunismo. Ele rejeitava assim todo o espontaneísmo das posições organizativas que ele havia sustentado contra Lenin e dedicaria à vida da IC uma parte considerável de seu tempo, num momento em que desempenhava importantes funções na direção do Estado Soviético.

Quando a degenerescência burocrática iniciou seus passos mais decisivos na URSS, Trotski não se limitou aos problemas específicos daquele país e anteviu muito rapidamente os problemas internacionais com os quais a IC, diante dessa degenerescência, iria igualmente defrontar. E foi baseado nos problemas de três países (URSS, China e Grã-Bretanha) que ele deu início ao reagrupamento da Oposição de Esquerda Internacional. Nesse momento, no entanto, ele não pensava de forma alguma em criar novos partidos revolucionários e uma nova Internacional. Ao contrário. Durante quase 10 anos ele combateu todos aqueles que se orientavam nesse sentido, embora mais do que ninguém estivesse consciente da acumulação de erros da IC e de suas conseqüências. Longe de subestimá-los ele pensava que, apesar desses erros, a Internacional conservava pelas suas origens um potencial revolucionário que somente acontecimentos gigantescos poderiam abalar de modo definitivo.

1) A IC condenada

Foi no momento da ascensão do fascismo na Alemanha e diante da política criminosa do "terceiro período" que ele deu o sinal de alarme, advertindo que,

uma derrota do proletariado alemão, portanto o mais numeroso e o mais organizado de um país capitalista, poderia marcar o fim da Internacional Comunista. E efetivamente, quando Hitler chegou ao poder sem nenhum combate em razão da política dos comunistas de negar a frente única com a social democracia Trotski considerou que a IC havia desperdiçado todo o seu capital revolucionário e a partir desse momento estava condenada.

Os dez anos que se seguiram antes de ser oficialmente dissolvida por Stalin conduziram à verificação desse julgamento. Mas, tendo declarado a IC morta como centro revolucionário mundial, Trotski começou ao mesmo tempo a trabalhar pela criação de uma nova Internacional revolucionária, assim como Lenin o havia feito imediatamente após o 2 de agosto de 1914.

É a partir daí que ele considerou a construção da nova internacional como o "trabalho mais importante de sua vida", para o qual ele consagraria a maior parte de sua atividade até o seu último instante. Com isso ele demonstrava que havia de fato interiorizado toda a concepção de Lenin sobre o partido.

Através de uma longa experiência, ele conhecia os percalços da luta revolucionária, seus altos e baixos, tanto no terreno da ação cotidiana como no terreno das relações entre a vanguarda e as massas. Ele assistira à decomposição da vanguarda após a derrota da revolução de 1905 e previa uma nova decomposição em escala incomparavelmente maior após 1933. Mas sabia que era absolutamente impossível abandonar uma vírgula sequer daquilo que havia sido penosamente adquirido sobre o plano geral da teoria e da política revolucionária. Por outro lado ele já havia vivido a dura lição da organização tardia da esquerda da IIª Internacional quando a partir de 1918, a vaga revolucionária que cresceu na Europa não encontrou partidos suficientemente preparados para levá-la à vitória. Desta forma ele se lançou na nova tarefa independentemente do número muito pequeno de partidários que ele poderia reunir no curso de um período de refluxo considerável da revolução. E ele encontrou resistências à criação da IV Internacional não apenas entre as organizações centristas mas até mesmo entre as organizações propriamente trotskistas. Em 1936 ele estava praticamente em minoria sobre a questão e mesmo no congresso de fundação em 1938, oposições se manifestaram ainda.

2) Os argumentos contrários

Por então, os argumentos contrários repousavam essencialmente sobre as dimensões reduzidas das organizações internacionalistas em relação aos movimentos de massa ainda consideráveis que seguiam as direções tradicionais. Alguns invocavam mesmo o exemplo de Marx que, após a derrota da vaga revolucionária de 1848, se recusou durante anos se ligar internacionalmente às "capelas" e só participou da fundação da Iª

Internacional em 1864 quando concluiu-se encontrar diante de um movimento real; invocava-se também o exemplo de Engels que, em 1889 se mostrou reservado quanto à criação da IIª Internacional. Para Trotski esses exemplos não podiam servir de modelos. As circunstâncias históricas eram totalmente diferentes. O movimento operário não se encontrava mais nas origens e nos primeiros passos. O mundo inteiro já conhecia lutas gigantescas e uma nova guerra mundial aparecia no horizonte. Os internacionalistas tinham por dever participar nessas lutas, com seu programa, suas palavras de ordem, desenvolvendo táticas apropriadas para o período, e disputar a direção com os reformistas e stalinistas. Era absolutamente impossível fazê-lo somente à base de idéias. Era necessário estar organizados internacionalmente para dar vida ao programa, isto é, aplicá-lo às situações constantemente novas da luta de classe. Nenhuma organização unicamente nacional estaria a altura de fazê-lo diante das enormes forças centrífugas que agiam a nível mundial.

Nos sete últimos anos de sua vida consagrados inteiramente à construção da IV Internacional, ele não deixou passar nenhum acontecimento importante sem dar uma contribuição programática e política que conservou no tempo toda sua importância: aprofundou suas análises da URSS e do stalinismo; definiu a política a ser seguida pelos marxistas-revolucionários na guerra; deu uma importante contribuição para a discussão dos problemas dos países coloniais; dando continuidade às campanhas pela frente única de classe, denunciou implacavelmente a colaboração de classe das frentes populares; elaborou um programa de ação, que permitia orientar as lutas de massa a partir de reivindicações imediatas e democráticas para a luta pelo poder, através de reivindicações de transição.

3) O exemplo pessoal

A esta obra, é necessário acrescentar tudo o que ele aporta para a compreensão e delimitação das outras correntes políticas provenientes tanto da social-democracia quanto do stalinismo. E nesses anos nos quais Trotski se batia contra o relógio, a repressão stalinista, com suas calúnias, vinha apenas agravar as condições nas quais os internacionalistas militavam: numerosos trabalhadores sinceros viam neles "espiões", agentes ou aliados dos hitlerianos, etc.

Mas as tomadas de posição de Trotski constituem apenas um dos aspectos muito importantes de sua atividade política nesse período; é preciso acrescentar ainda o que não estava formulado sobre o papel, isto é, o seu exemplo. Trotski estava sob o peso de calúnias que ultrapassavam em muito tudo o que os revolucionários mais caluniados da história - Blanqui, Marx, Lenin - tiveram de suportar e além disso tinha de sofrer a perseguição criminosa de Stalin que exterminava centenas de quadros revolucionários

os soviéticos, centrando fogo particularmente contra os mais próximos colaboradores e contra a família de Trotski. Nesse período, talvez o mais negro na história do movimento operário, ele deu o exemplo de uma tenacidade a toda prova que ajudou muitos militantes a não cair no desespero e a conservar a confiança no futuro. Sua resistência sobre-humana aos golpes recebidos transmitiu ao conjunto reduzido agrupado em torno dele a capacidade de atravessar provas que provavelmente nenhuma outra corrente do movimento operário teve de enfrentar. Se as obras artísticas criadas em torno de sua pessoa deram geralmente tão pouca satisfação, é, penso eu, porque seus autores enxergaram no seu assassinato o auge da tragédia ou do drama de sua vida e ao fazer isso, cometeram um erro. Trotski contava com a possibilidade de morrer sob os golpes de Stalin e não temia a morte. A verdadeira tragédia de sua vida se situava no ano de 1933 e os anos que se seguiram: o esmagamento da classe operária alemã significava também uma virada em sua vida militante, ele sentia sua saúde se alterar, o exílio ao qual ele havia sido condenado se tornava definitivo, e à tragédia histórica vinha se juntar um elemento pessoal - o suicídio de sua filha mais velha em grande parte sob o choque produzido por esses acontecimentos.

Brevemente, quando a parte ainda lacrada dos arquivos de Trotski se tornar pública, se poderá avaliar melhor toda a extensão de sua atividade pela criação da IV Internacional. Mas já podemos dizer que em sua análise da situação e das perspectivas em 1938 ele cometeu um erro quando estimou que a IVª Internacional se tornaria uma organização de massa, em aproximadamente dez anos. É este erro que permite ainda a alguns colocar em causa a decisão de Trotski de fundá-la. Sua estimativa equivocada se baseava sobre a perspectiva de uma decomposição relativamente rápida do stalinismo, quando as circunstâncias históricas fizeram desse fenômeno um processo muito mais lento e complexo que ninguém poderia prever. No entanto, o erro em relação ao ritmo não implica a meu ver, erro na análise, nem nas tendências de desenvolvimento. Os acontecimentos históricos já aportaram verificações importantes do programa elaborado por Trotski para a IV Internacional. Acredito que na história do socialismo, Trotski não deixará apenas a memória dos combates heróicos das revoluções de 1905 e de 1917, de um teórico de primeira categoria, mas também de um chefe de escola cujo "trabalho mais importante" de sua vida foi o de criar um movimento político que assegurou a continuidade do marxismo e da Internacional num período de profundo recuo da classe operária.

(*) Pierre Frank é um dos dirigentes da IVª Internacional desde sua fundação, e testemunha viva da época que ele analisa neste artigo. Trata-se de uma transcrição parcial de artigo publicado na revista *Critique Communiste*, número especial de comemoração dos 40 anos de fundação da IV Internacional.



Nicaragua Libre

Viagem à Revolução Sandinista

7 — Direitos Humanos

Por Bernardo Kucinski

A jornada de trabalho começa cedo em toda Manágua e ainda mais cedo na Comissão Permanente dos Direitos Humanos. Seis e pouco da manhã e já há uma fila de nova mulheres defronte ao portão do sobrado de esquina — provavelmente outra residência abandonada de algum somozista foragido.

— El señor Gonzales no tarda, diz uma das mulheres.

Mato o tempo tomando um café na biroscas ao lado. Os jornais só aparecem lá pelas 11 horas. Ainda carrego o *El Pueblo* do dia anterior.

Notícia de Jornal

Narraciones de un "Bestia"
Sergio Martínez Valerio, o famoso chefe do Esquadrão da Morte, e membro da Oficina de Seguridad do regime somozista, revelou como foi torturado o filho do Doutor Amador Kuhl, atual Ministro da Saúde Pública, e outras barbaridades cometidas pelo regime genocida de Somoza contra o povo da Nicarágua... comentou que haviam castrado o engenheiro Amador Molina e lhe furaram os olhos e os ouvidos, para fazer com que falasse e que depois o eliminaram.

Como membro da Oficina de Seguridad, Martínez Valerio tomou conhecimento também de que haviam vindo reforços de El Salvador e da Guatemala, que operavam na parte Ocidental do país, cometendo massacres por ordem dos oficiais acantonados em Leon, e que as ordens eram para matar todos os jovens dessa zona, e que numa ocasião assassinaram 14 jovens arrancados das mãos de seus pais. Esses massacres, disse Martínez Valerio aconteceram em todos os povoados em que houve combates... e que, no que se refere aos lançadores de bombas, a ordem era arrancá-los de suas casas depois da meia noite com base nos informes que levavam os "sapos", com os endereços desse valentes rapazes, e que procediam a seu assassinato sem investigar se era verdadeiro ou falso o que informavam os delatores... manifestou o chefe do Esquadrão da Morte, que el "Chiguín", o filho do ditador, havia contratado mercenários de Israel, Vietnã, gringos e cubanos... e que havia em Nicarágua de 2.500 a 3.000 mercenários e que lhes pagavam um salário de 1.500 a 2.000 dólares mensais mais casa, veículo e todos os gastos pagos.

"Nos primeiros dez dias do triunfo revolucionário houve centenas de execuções sumárias. Devem ter chegado a 300, talvez 500."

Na mesinha ao lado duas mulheres comentam a falta de pão.

— Desde ontem. Não se encontra em lugar nenhum.

Os donos de padarias querem um aumento. O pão que se come é do tipo macilento, empacotado em polietileno. Velho.

O portão do sobrado onde está a Comissão Permanente dos Direitos Humanos foi aberto. No pátio já há uma pequena multidão, talvez 30 pessoas. Todas mulheres. Jovens, velhas, de meia idade. Filhas, irmãs, mães, esposas de "somozistas" presos ou "desaparecidos". As expressões familiares olhos vermelhos, rostos mal-dormidos. Viúvas de "somozistas", mas principalmente viúvas, também elas, do "quem sabe, do talvez".

— Ele já estava vestido de civil e foi preso na estrada. Um amigo viu, chegou a avisar que ele foi capturado pelos sandinistas. Depois, outro amigo esteve preso com ele na mesma cadeia. Mas nenhuma autoridade fala dele. Tinha 19 anos.

Carmen Ayde Alfaro, 18 anos, procura o irmão, Rolando Alfaro, de 19 anos preso no mesmo dia em que Somoza fugiu da Nicarágua, 17 de julho. Dias incertos ainda, final da guerra civil. Depois, ninguém mais o viu. Um amigo viu. Outro amigo também viu. As autoridades não têm pressa.

Oficialmente os direitos humanos são respeitados na Nicarágua sandinista:

El Gobierno de Reconstrucción Nacional de la República de Nicaragua Considerando

Que es necesario sujetar su gestion a normas que garanticen los derechos ciudadanos, y que regulen en ejercicio de la funcion públicas; . . .

DECRETA el siguiente ESTATUTO FUNDAMENTAL.

Art. 6 — Garante-se a Plena vigência dos Direitos Humanos consignados na Declaração Universal, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da Organização das Nações Unidas...



Sobrevivente da ofensiva somozista de setembro sobre Moninbo

Na realidade, para os acusados de «somozistas» e seus familiares — exatamente os que precisam — é como se o Estatuto nem existisse:

— Para os suspeitos de «somozismo» o Estatuto dos Direitos Humanos está suspenso até o dia 21 de outubro.

Diego Manoel Robles, advogado e autoridade máxima que encontrei dias antes na Central de Polícia de Managuá, onde está o maior número de presos suspeitos de crimes sob o regime anterior.

— Isso se a suspensão não for prorrogada, ele ainda dissera displicente. De fato, dias depois, a Junta anunciou a prorrogação por mais trinta dias do Estado de Sítio, que entre outras previsões, suspende os direitos humanos de suspeitos de «somozismo»

... Na central de polícia havia um clima bem diverso daquele encontrado no Tribunal Militar Sandinista de Masaya. Em Masaya os presos não se queixavam. Ao contrário, era evidente seu espanto ante a cortesia dos sandinistas. E o respeito estrito dos soldados às ordens da Junta e do Estado Maior sandinista para que não houvesse crueldade. Na Central de Polícia os presos, aos berros, por detrás das telas de arame grosso, denunciavam brutalidades. Reais ou fictícias — quem sabe? No grande pátio de acesso dezenas de familiares de presos permaneciam, parados, olhando através das telas. Alguns conversavam agitados. A maioria, já cansada, ali ficava, em solidariedade silenciosa.

— Esta cadeia está cheia de falsas acusações, fui golpeado, ameaçado, as condições são péssimas.

O preso se apoia em muletas. Jovem ainda, rosto gordo e transtornado. Luiz Humberto Sotto Mayor Rocca, 33 anos, membro da Guardia Nacional, até fevereiro de 1978. Agora diz que era apenas «oficinista» da Guardia. A mãe, no pátio reforça seus protestos. Mulher bem vestida. Jeito de aristocrata.

— Só em nossa cela há 145 pessoas.

— Quero fazer uma denúncia.

Os presos gritavam ao mesmo tempo, as mãos tentando atravessar as telas de arame.

— Vou omitir meu nome, mas quero fazer uma denúncia. Militares que estavam presos receberam salvo-condutos e apareceram mortos. Apareceram mortos. Longe de Manágua. Victor Paudales: Tiraram ele da cela 4 este mês e apareceu morto. Mandamos muitas cartas ao *La Prensa* e ninguém respondeu. Mandamos à Cruz Vermelha e ninguém respondeu, consideramos que são cúmplices.

Quando toquei a fita com essas acusações ao Licenciado Diego Manoel Robles, minutos depois, numa pequena saleta nos fundos desse mesmo pátio, ele reagiu indignado:

— É falso. Isso é falso. Daqui não se tirou ninguém. Quem saiu, saiu livre. O senhor acredita que teria sido possível uma coisa dessas? O senhor por acaso investigou se esse Raudales existe mesmo? Impossível acontecer uma coisa dessas. A família teria protestado e dado publicidade. Disse, então, lembrando de Masaya, dos papéis sem timbre disse então que me parecia possível qualquer coisa, quando não há listas de presos, acusações formalizadas... separação nítida de presos políticos e comuns...

— Aqui não há presos políticos, interrompeu ele. Há ex-soldados da Guardia Nacional, delatores, assassinos. No momento em que agarravam uma pessoa e matavam, desaparecia um eventual caráter político do crime; era assassinio puro e simples. Delitos políticos são a rebelião e o motim, ou seja, tentativas de mudar a ordem social. Esse tal Sotto Mayor, por exemplo, quando chegou em casa e o povo descobriu, quiseram linchá-lo. Nos tempos de Somoza apelava sempre para a Guardia, para perseguir pessoas. Aqui na prisão fez um escândalo enorme, chamava a todos de chusmo porque é de família rica, não se conforma; um homem violento e mau-caráter.

Havia pedido a Robles, na mesma ocasião, que explicasse por que naquela prisão a atmosfera diferia tanto da encontrada no Tribunal Militar de Masaya.

— Aqui há muita gente, e gente que está presa há um mês e até dois meses. Isso sufoca. Estamos começando a investigar os ex-militares, mas é difícil, não temos experiência. Por enquanto ainda ninguém foi julgado. As autoridades militares vão nos dizer quando começarem os julgamentos.

Sobre as condições carcerárias Robles fora um tanto vago:

— As condições carcerárias são as que permitem uma guarda segura dos presos, sem que haja ultrajes físicos ou psíquicos. Proporcionamos alimentação adequada, e visita dos familiares duas vezes por semana. Os menores de 15 anos não ficam aqui, são levados pelas assistentes sociais.

Robles ainda havia acrescentado:

— Em qualquer país do mundo em que acontece uma transformação social profunda, uma mudança nas estruturas, a investigação é lenta.

Pergunto se os sandinistas capturaram os arquivos da Guardia Nacional.

— Sim, todos os arquivos caíram intatos nas mãos dos sandinistas. Está tudo sob controle da Oficina de Seguridad.

— E lá não estão as provas de tudo? Não podem usar os arquivos para apressar as investigações?

— Sim, mas demora.

As autoridades não têm pressa, exceto para consolidar o poder.

Foi próximo da Central de Polícia que ouvi falar pela primeira vez na Comissão Permanente dos Direitos Humanos, uma entidade civil, criada ainda em inícios de 77. Denunciava os crimes do «somozismo». Parecia ser, agora, a única referência para eventuais abusos das tropas sandinistas.

— Procure o Gonzales. É o coordenador nacional e sabe com certeza como andam essas coisas. José Estevam Gonzales.

Quem me falara era um industrial. Tomávamos cerveja, e ele se mostrava ávido pelas minhas impressões. Temia, como todos os elementos da burguesia que apoiaram a insurreição, que os sandinistas entrassem pela rota da socialização generalizada. A burguesia evitava qualquer pretexto para a radicalização. O industrial se mostrou satisfeito quando contei que presos estavam sendo bem tratados em Masaya. Não havia estado ainda na Central de Polícia. Mostrou-se satisfeito, mas como quem pisa sobre brasas. Ou sente um alívio. Vínhamos de uma solenidade de lançamento do primeiro partido político burguês, sob o sandinismo. O principal líder do novo partido, Wilfredo Montalvan, era também o secretário de imprensa da Comissão Permanente dos Direitos Humanos. Mas o coordenador, Gonzales, era tido como católico de esquerda moderada. E havia gente de todo tipo. Em agosto, logo após a vitória sandinista, a Comissão enviara uma carta de apoio ao novo regime:

De conformidade com a Resolução da Assembléia de nossa organização, celebrada a 2 de agosto próximo passado, temos a honra de nos dirigirmos a presente, em primeiro lugar para expressar nosso apoio entusiástico ao Governo de Reconstrução Nacional...

Em segundo lugar e em terceiro lugar, a Comissão pedia uma espécie de reconhecimento formal de sua existência, e que as autoridades ratificassem «com a maior brevidade» a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos — conhecida como Pacto de San José — que cria a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A Junta não havia respondido a carta. As autoridades não têm pressa.

— São sempre as mulheres que sofrem mais. Já viviam submissas, oprimidas, a maioria nem sabia em que seus maridos seus filhos se metiam. Agora sofrem em dobro...

José Estevam Gonzales, o coordenador nacional da Comissão Permanente dos Direitos Humanos. Solteirão, diz. Mais para gordo do que para magro. Careca, 40 anos. Quando digo que já estive com Robles, na Central de Polícia, ele diz que os sandinistas estão mais preocupados em consolidar sua hegemonia, diz que absorvidos pelas emergências na área econômica, negligenciaram na área dos direitos humanos.

— O respeito aos direitos humanos é importante para a própria solução desses problemas políticos e econômicos. É um termômetro. Mas a Junta não aceitou nossa oferta de ajuda, para que a investigação e a classificação dos prisioneiros se processasse mais rapidamente.

Subimos as escadas do sobrado lentamente. No pátio as mulheres esperam pacientes. Numa enorme mesa repleta de papéis, Estevam começa a falar pausadamente:

— Tecnicamente, a violação dos direitos humanos se dá quando, depois de cometido o abuso, as autoridades não tomam medidas para corrigi-lo. Eu diria que atualmente há toda uma zona muito obscura compreendendo os primeiros dez dias do triunfo revolucionário — ou seja, até fins de julho — em que se verificaram várias centenas de execuções sumárias. Devem ter chegado a 300 e talvez a 500; é muito difícil dar cifras exatas. Ao mesmo tempo houve captura de cidadãos em grande escala, o que fez com que até meados de agosto o número de prisioneiros suspeitos de vinculação com o regime deposto chegasse a 8 ou 10 mil. Hoje calculo que há entre 4 e 5 mil desses presos.

Insisto na questão das execuções. A credibilidade das informações, de que forma aconteciam essas, execuções?

(Continuação da Página 14)

— Temos testemunhos assinados e devidamente corroborados por pessoas responsáveis sobre casos de execuções. Houve muito acerto de contas pessoais...também muitos membros do regime anterior, "soplones", para escapar, se fizeram informantes das novas autoridades, denunciando em muitos casos, pessoas que até haviam apoiado a revolução. Em geral os guerrilheiros sandinistas não combatiam em sua própria cidade, de forma que era muito fácil tapeá-los. Tivemos muitos casos de sacerdotes que intervieram para salvar pessoas que iam ser executadas, pessoas que apesar de terem exercido algum tipo de autoridade no regime anterior, não eram dadas a cometer delitos ou abusos.

Quero saber se isso já acabou. Se já não há mais execuções sumárias, se tudo isso aconteceu naquele "período obscuro" de dez dias ou...

O coordenador da Comissão Permanente dos Direitos Humanos da Nicarágua mede bem cada palavra:

“Houve muito acerto de conta pessoal. Os sandinistas em geral não combatiam em suas próprias cidades, de forma que era muito fácil tapeá-los.”

— No último dia 9 de setembro houve 4 execuções sumárias numa região no interior do país; infelizmente não posso dizer exatamente onde porque se trata de informação confidencial, mas tenho o informe por escrito e de autoria indônea. Dos quatro, só um era ex-militar; os outros três não tinham vinculação conhecida com o "somozismo".

Estevam Gonzales lê em voz alta uma carta, informando da execução de seis pessoas capturadas no dia 21 de julho, postas em liberdade, presas de novo, e retiradas do cárcere a 17 de agosto, supostamente para serem julgadas.

— No dia 26 do mesmo mês foram encontrados os cadáveres. Em conjunto deixaram 35 filhos. Eram pessoas humildes.

Guarda a carta. Agora em tom reflexivo:

— Foram poucos os ricos executados — 5 ou 10 no máximo. A execução sumária afeta mais a gente humilde, ou que tinha relações do comércio com a Guardia Nacional. Em Léon, por exemplo, há o caso de uma senhora, Estela Martínez Pereira, chamada "La Papiana", acusada de fornecer carne aos comandos da Guardia Nacional em Malpaisillo, e de ser companheira de um ex-militar. Foi executada. Somente em Léon houve não menos que 100 execuções. Outro tanto aconteceu em Granada. Em Masaya no dia 28 de agosto houve a execução de uma pessoa que estava presa em Managua, um criminoso codominado "pescado seco", que prejudicou muita gente. Nesse caso foi virtualmente uma execução popular.

José Estevam Gonzales agora folheia alguns papéis:

— Durante agosto e setembro recebemos mais de 1.200 denúncias, que incluem um total de 250 pessoas não localizadas, presumivelmente desaparecidas, muitas delas provavelmente mortas. Há sobre elas informações isoladas e provas de que foram capturadas, mas as autoridades ou nada sabem, ou negam que sabem. Solicitamos à Junta que desse à Comissão personalidade jurídica, e também que o governo de Reconstrução Nacional subscrevesse o Pacto de San José, que estabelece a corte Interamericana de Direitos Humanos. Nenhum resultado. A 15 de agosto enviamos uma carta à Junta que até hoje não foi respondida. Por duas vezes pedi entrevista ao comandante Tomas Borgé, Ministro do Interior, sem sucesso. Em algu-

mas visitas a províncias fomos bem recebidos, em outras recebidos pessimamente. Fomos ao departamento de Segurança do Estado, no antigo bunker, e nos prometeram que em alguns dias nos dariam uma lista dos prisioneiros, mas nunca nos deram essa lista.

E a imprensa? Que dizem os jornais, que todos os dias trazem anúncios de familiares de desaparecidos, durante a insurreição, perguntando por seus filhos, seus pais. Em geral soldados ou milicianos sandinistas, mas também outros.

“Existe um grande temor de ser acusado de contra-revolucionário... os meios de difusão tem esse mesmo temor e não parecem dispostos a correr riscos dando cobertura a denúncias de violações de direitos humanos.”

— Existe um temor muito grande de ser acusado de "contra-revolucionário" e não poder se defender. Os meios de difusão tem esse mesmo temor e não parecem dispostos a correr riscos dando cobertura a denúncias de violações de direitos humanos. A TV sandinista entrevistou-me mas a entrevista não foi ao ar; vários repórteres quiseram fazer uma cobertura aqui, mas ao final não vieram. Mesmo o "la Prensa" até hoje não veio aqui fazer uma reportagem. Apenas houve uma certa cobertura da imprensa internacional.

José Estevam muda de tom, julga necessário explicar um pouco da história da Comissão e aponta para três grossos volumes no outro canto de mesa.

— É importante reafirmar que esta Comissão é absolutamente neutra. A Comissão foi fundada no dia 20 de abril de 1977 e se converteu logo no principal recurso das vítimas da repressão somozista para a localização de desaparecidos e proteção das vidas de prisioneiros. Esses três volumes constituem trabalho único em todo o mundo, reunindo de forma documentada e acurada todas as violações de direitos humanos que nos chegaram durante os dois últimos anos da ditadura somozista. Um trabalho que contribuiu decisivamente para sensibilizar a opinião pública mundial e desestabilizar a ditadura. Podemos dizer que o que a Frente Sandinista fez com as armas esta Comissão fez com seu trabalho de proteção aos direitos humanos e denúncia de suas violações. O atual presidente da Corte Suprema de Justiça, Roberto Arguella Hurtado, foi membro da comissão executiva. Outros quatro magistrados dessa corte também o foram. No entanto, nenhum chefe sandinista reconhece hoje nosso trabalho, realizado por 500 pessoas em todo o país, arriscando suas vidas. Duas dessas pessoas foram mortas por causa dessa atividade, eu mesmo fui vítima de atentados; muitos outros foram presos ou tiveram que se exilar. Durante a época do somozismo, até dezembro de 1978, tínhamos registrados cerca de 2.300 presos políticos ou desaparecidos...durante esse tempo eu nunca dormia duas noites seguidas no mesmo lugar".

José Estevam Gonzales, que se auto-define como democrata-cristão, coordenador nacional do Comitê Permanente dos Direitos Humanos da Nicarágua, despede-se. Um telefone, para o caso de algum contato do Brasil? Aqui no escritório ainda não temos telefone. Em minha residência não adianta... eu continuo não dormindo duas noites seguidas no mesmo lugar.

**Próximo Capítulo:
A Revolução aos domingos**

Bolívia

Sai Natusch, entra Lidia. São as manobras contra as eleições.

Ninguém duvida que o curto espaço que separa o país das eleições a serem realizadas em maio é, na realidade, um lento e penoso processo. Em menos de uma semana, a presidente já enfrentou um minigolpe e não se saiu nada bem.

Por Vilma Amaro

Poucos países da América Latina podem vangloriar-se de possuir um Exército tão dividido como a Bolívia. Não bastasse o índice imbatível de 208 golpes em século e meio de vida independente, os militares bolivianos ainda encarregaram a ex-secretária de Paz Estenssoro, Lidia Gueiller, de apertar os sinistros contendores de altas patentes. Tarefa evidentemente impossível e que resultou no início da semana na primeira derrota política da nova presidente boliviana. Apesar de todos os seus esforços para constituir um novo governo, natuschistas, banzeristas e coronéis de extrema-direita ainda revelaram ter amplo poder e, na verdade, deram as cartas na escolha do comandante do Exército. Lidia Gueiller tinha entregue o posto ao general René Vilarroel, um dos representantes da corrente "constitucionalista". Mas o general Luís García Mesa, nomeado anteriormente pelo meteórico governo do coronel Natusch Bush entrincheirou-se no quartel de Miraflores, tentando sublevar outras unidades. No Palácio Quemado, Vilarroel tentava inutilmente assumir o comando.

Apesar de não ter conseguido apoio dos outros regimentos como o Colorado e o Tarapacá, os natuschistas saíram-se

vitoriosos na disputa e Lidia Gueiller foi obrigada a entregar o comando ao general Ruben Rocha Patino, enquanto Antonio Tobar, da Força Aérea assumiu o comando das Forças Armadas.

Trabalhadores evitaram o golpe

O episódio, além do desgaste que significa para a presidente de 55 anos (líder do Movimento Nacionalista Revolucionário, o principal partido do país) revela que está cada vez mais difícil de ser concretizada a perspectiva das eleições de 4 de maio de 1980. Tudo dependerá da reação popular a novas tentativas de golpe dos coronéis de ultra-direita. A julgar pela eficiente mobilização dos trabalhadores contra o recente golpe de Natusch Bush (que resultou na queda do presidente Walter Guevara Arce), a Bolívia já não é um país tão fácil de manobrar. A greve dos mineiros, em represália do golpe que durou 16 dias, causou prejuízos de mais de 20 milhões de dólares e ainda forçou os militares a ensaiarem uma saída constitucional para a crise. Tanto assim, que um dos militares golpistas chegou a confessar a um repórter internacional que a aventura "de esta vez nos saiu mal".

De toda essa instabilidade política, resulta difícil concluir até quando Lidia Gueiller aguentará dirigir um governo em que os militares direita "metem las patas". Os políticos também não sabem se haverá mesmo eleições e alguns partidos de esquerda não descartam nem mesmo a volta à clandestinidade para evitar surpresas com a repressão selvagem de um novo golpe de Estado.

Retorno à clandestinidade!

É o caso do Movimento Popular de Libertação Nacional, um dos principais grupos que integram a UDP (União Democrática Popular) frente de esquerda que concorreu às eleições de julho passado. Ramiro Velasquez, secretário-geral da organização, afirma, em entrevista exclusiva ao jornal Em Tempo que o MPLN, originário do Exército de Libertação Nacional (de Che Guevara) não descarta a possibilidade de um retorno dos fascistas ao governo da Bolívia.

"Recentemente realizamos um ampliado nacional no Departamento de Santa Cruz (onde a organização detém maior influência) e consideramos a hi-

pótese de um golpe de Estado, com as características que delinearão a tentativa de Natusch Bush. Desta forma, não fomos tomados tão de surpresa pelo acontecido", diz o líder da organização.

No entanto, apesar de deter cerca de 50 sindicatos camponeses somente no Departamento de Santa Cruz e de possuir considerável influência na Universidade e bairros populares, o MPLN considera fundamental o trabalho na legalidade.

"Foram os limites da democracia burguesa que nos permitiram desenvolver nosso trabalho de massa, um trabalho distinto do que realizou o Exército de Libertação Nacional que havia aderido ao foquismo", diz Ramiro. Se for necessário, passaremos à clandestinidade, sem abandonar, no entanto, a linha de massas, de agitação, pois foi esta linha que permitiu o extraordinário crescimento da UDP.

Para o MPLN, a tarefa da UDP frente a novas tentativas de golpe fascista deve ser a de desenvolver sua política de alianças com outros partidos, de linha democrática e nacionalista, pois neste momento é vital a luta contra o fascismo e a manutenção das liberdades democráticas que permitiram a constituição da frente popular.

Natusch uniu a esquerda

Curiosamente, a tentativa de golpe de Natusch Bush serviu para consolidar a unidade dos partidos de esquerda que compõem a UDP.

"A UDP que enfrentou o fascismo de Banzer e o continuísmo de Pereda começou a sofrer um processo de contradições no período de certa estabilidade democrática, comandado pelo ex-presidente Walter Guevara Arce. Chegou mesmo a haver uma crise interna com desinteligências entre os partidos e até mesmo no Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (dissidência do MNR), o maior partido da UDP. Essa crise — afirmou Ramiro Velasquez — foi resolvida justamente pelo golpe de Natusch Bush. Todos os partidos que integram a frente se uniram para enfrentar o golpe fascista e nesse sentido pretendemos desenvolver nosso trabalho, para assegurar as eleições de maio próximo.

Pelo desfecho que teve o golpe de Natusch Bush e retomada ainda que vacilante dos caminhos constitucionais pode-se dizer que a UDP conseguiu já um grande vitória: o de impedir junto com a Central Operária da Bolívia (COB) a consolidação de mais um golpe de extrema-direita no país.

CICLO DE CINEMA

Sindicato dos Bancários de São Paulo

Próxima apresentação:

"Ivan, o Terrível"
de Sergei Eisenstein

Data: 8 e 9/12 (sábado e domingo) às 16 e 19:30 horas (no sábado, haverá sessão também às 23 horas)

Local: Rua Florêncio de Abreu, 270 — Centro — SP — (próximo ao metrô — São Bento)

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloísio Marques, Antônio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Ailli, Tom Duarte. — Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.
DIRETORIA: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.
EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.
DIRETOR RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.

ARTE: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Pappi.
SUCURSAIS: BELO HORIZONTE — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Tel. 335-7773; PORTO ALEGRE — Av. Osvaldo Aranha, 1407, Inja 20; RIO DE JANEIRO — Praia do Botafogo, 316, sala 209; SALVADOR — Av. Joana Angélica, 8, sala 44; FORTALEZA — Rua Castro e Silva, 1169. — Tel. 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda. — Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel. 278-9010.

Rua Matheus Grou, 57 — Pinheiros — São Paulo — CEP: 05415

Telefones: 280.4759 — 853.6680

Leia e assin

COMPANHEIRO

Uma imprensa que luta contra a ditadura e a exploração

Cheque nominal para Editora Avante Ltda
Rua Itapeva, 28 — Bela Vista.
CEP 01332 — São Paulo

Nome: _____
Endereço: _____ Cep: _____ Estado: _____
Bairro: _____ Profissão: _____ Cidade: _____

Semestral Cr\$ 120,00
Anual Cr\$ 240,00
Anual para o exterior \$ 70

Antro de corrupção e tráfico de influência

Em 1973, o então presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, com jurisdição sobre Brasília e Goiás, Herbert Magalhães Drummond, foi afastado do cargo que ocupava. Motivo: recebera, durante 13 anos, os vencimentos de seis "funcionários fantasmas". Herbert teve, então, que repor a quantia de Cr\$ 2 milhões e 400 mil, recebidos indevidamente. Recentemente, em decisão de impacto da Justiça Federal, os seis "funcionários fantasmas" foram reintegrados em seus cargos.

Ao que tudo indica, a moralidade administrativa continua passando longe da instituição que teoricamente deveria zelar pela aplicação das leis nos meios trabalhistas. Seis anos depois do escândalo que envolveu o Tribunal mineiro, continuam se renovando as denúncias sobre corrupção naquela instituição. Elas partem veementemente, com provas documentais abundantes, da boca de um antigo funcionário do Tribunal - Ari Portilho - várias vezes punido pela administração do Tribunal (inclusive acusado de peculato e inocentado pela Justiça Federal e Tribunal Federal de Recursos). Mas são confirmadas anonimamente por vários funcionários e pessoas que lidam com o TRT.

"Meu nome é Ari César Pimenta de Portilho, funcionário do Tribunal Regional do Trabalho, durante 16 anos, técnico judiciário suspenso quatro vezes por ter denunciado corrupção administrativa. "Denunciei que o filho do juiz Fábio de Araújo Mota - senhor Francisco José Alves Mota, diretor da Secretaria da décima junta de conciliação da capital não era funcionário. Ele havia sido incluído no quadro de funcionários há mais de cinco anos sem ter sido nomeado. Por causa disso eu fui suspenso por trinta dias. Abriam uma comissão de sindicância contra minha pessoa e fui sumariamente suspenso. Entrei com recurso, mas perdi por unanimidade no Tribunal. Agora, fui absolvido pelo Tribunal Federal de Recursos e pela Justiça Federal. Recentemente recebi duas cartas anônimas e fui ameaçado de morte por parte dos familiares de juizes por mim acusados".

Um empresário da corrupção

"Eu quero denunciar, em primeiro lugar, o sr. Fábio de Araújo Mota, presidente da Federação das Indústrias de Minas há 22 anos, diretor geral do Sesi em Belo Horizonte e juiz classista do Tribunal Regional do Trabalho. O nome do senhor Fábio de Araújo Mota é bastante conhecido: jornais já publicaram a história desse homem, que é um empresário da corrupção e comprovadamente um ladrão. Ele transformou o Tribunal, junto com os juizes Paulo Emílio Ribeiro de Velhena (ex-presidente do TRT, hoje aposentado) e Luís Felipe Vieira de Mello, em antro de corrupção, passiva e ativa, bordel e propriedade. Este último, por exemplo, tem dois filhos funcionários do Tribunal, maiores de idade. Ele recebeu, até 1973, os salários-famílias correspondentes aos dois filhos, maiores de idade e funcionários federais e do Tribunal. Só em 1973, ele fez a devolução desse salário família. O filho do juiz Vieira de Mello foi nomeado irregularmente após a vigência da

Constituição de 1967, que veta nomeações sem ser por concurso. E, além disso, ele tem quinze parentes dentro do Tribunal ocupando altas funções. Na diretoria de Coordenação Judiciária, temos um filho do juiz Vieira de Mello ganhando mais de 60 mil cruzeiros por mês. É um cargo de confiança do presidente do Tribunal. Independente disso, o juiz Vieira de Mello tem cinco parentes exercendo cargos de diretores de Secretaria de Junta de Conciliações e Julgamento (Ver-Box). Caio Martins de Almeida entrou para o Tribunal com a idade de 59 anos, funcionário público aposentado, e percebe vencimentos de mais de 40 mil mensais (e cunhado de Vieira de Mello). Alberto Soares do Vale Guimarães, único contratado antes de 1967, e, portanto, antes do decreto presidencial que veta a ocupação de cargos públicos sem concurso, é diretor de Secretaria da Quarta Junta de Belo Horizonte, cunhado do juiz Vieira de Mello, e recebe mais de 55 mil cruzeiros por mês. Cícero Dumont Filho, genro do juiz Vieira de Mello, é diretor da Secretaria de Junta de Conciliação da Sétima Junta de Belo Horizonte. Eduardo de Almeida Filho, sobrinho do juiz, é diretor da junta de Conciliação e Julgamento de São João D'el Rey. Ricardo Martins de Lima, diretor da Junta de Conciliação e Julgamento de Cataguases, é sobrinho do juiz Luís Felipe.

O tráfico de influência

E fora outros parentes, além da gang que os cerca. Homens como Renato Vasconcellos Moreira da Rocha, que recebe vencimentos como diretor do Serviço de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (50 mil cruzeiros), e além disso faz perícias em processos trabalhistas. Então, a folha de pagamento desse juiz, com os parentes, orça em torno de 700 mil cruzeiros mensais ou 8 milhões e 400 mil por ano. Agora você acha que um homem desses pode virar para os trabalhadores ou representantes dos trabalhadores e dizer que eles devem sujeitar a determinados índices?

Ponte aérea da corrupção

"Eu vou mostrar a triangulação que eu considero a mais importante, o ninho da corrupção. Tem como alvo uma instituição criada para conciliar

o capital e o trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho. Desmembrando, tem as Federações. Fechando o triângulo, eu colocaria o Sesi. O Tribunal funciona como matriz. O senhor Fábio de Araújo Mota é presidente perpétuo da Federação das Indústrias, transformou a Fiemg, o Sesi e o Tribunal em antro de corrupção e tráfico de influência. Pega o filho e sua secretária e consegue para eles emprego no Tribunal do Trabalho. Em troca, ele emprega parentes de juizes no Sesi e na Fiemg. Por exemplo, a mãe e o cunhado do juiz Felipe de Mello, Eládio, fica aquela troca de favores funcionando. Os presidentes dos Sindicatos que o elegeu presidente da Federação das Indústrias, e conseqüentemente, acumulando o cargo de diretor regional do Sesi, ele coloca como vogal na Justiça do Trabalho. Ele conseguiu as nomeações porque, como presidente da Fiemg ele força o presidente do Tribunal a fazer as nomeações que ele quer.

Um triângulo bem sustentado, segundo denuncia Portilho: "amigos meus dentro do SNI, me disseram que se eu entrasse com estas denúncias lá, eles me cortam a cabeça de cara. O chefe do SNI em Belo Horizonte, General Newton Campelo, apesar de ser um homem honesto, é padrinho de casamento de uma filha do juiz Vieira de Mello e tem um cunhado que trabalha dentro do Tribunal como oficial de Justiça. O chefe do gabinete de Fábio Araújo Mota é o senhor Gilberto Goulart Pessoa, filho de Gilberto Monteiro Pessoa, Ministro do Tribunal de Contas da União, ex-sub-chefe da Casa Civil da presidência da República e também ex-chefe do SNI em Belo Horizonte. Além disso, o senhor Fábio de Araújo Mota colocou dentro do Sesi vários coronéis da reserva. Enfim, ele é apenas o elo de uma cadeia, de uma corrente de corrupção".

Os apadrinhados do Juiz

Na relação abaixo, fornecida por Ari Portilho, todos os assinalados são parentes ou contra-parentes do Juiz Vieira de Mello.

Nome:	Cargo:	Vencimento:
Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello	Diretor DAS-3	\$ 53.000,00 + 10%
Achilles Márcio Reis	Diretor DAS-2	\$ 44.077,00 % 5%
Caio Rui Martins de Almeida	Diretor DAS-2	\$ 44.077,00
Albertos Soares do Vale Guimarães	Diretor DAS-2	\$ 44.077,00 + 20%
Cícero Dumont Filho	Diretor DAS-2	\$ 44.077,00 + 5%
Ricardo Martins de Lima	Diretor DAS-2	\$ 44.077,00 + 5%
Eduardo de Almeida Pinto	Diretor DAS-2	\$ 44.077,00 + 5%
Rubens Borges da Fonseca	Diretor DAS-2	\$ 44.077,00 + 15%
Roberto Augusto de Araújo	Diretor DAS-3	\$ 53.000,00 + 15%
Renato Vasconcellos Moreira da Rocha	Diretor DAS-2	\$ 44.077,00 + 15%
Ana Maria Prates Goulart de Faria	Técnico B-DAI	\$ 27.832,00 + 5%
Carlos Renato Ladeira Martins	Técnico A-DAI	\$ 23.161,00 % 5%
Marcia Maria Maria Reis	Técnico A	\$ 16.882,00 + 5%
Margarida Vieira de Mello Dumont	Auxiliar A	\$ 10.886,00
Luís Maria Vieira de Mello	Técnico A	\$ 16.882,00
Eliza Martha Dumont de Sá	Auxiliar A	\$ 10.886,00
Paulo Roberto Gandra Nigri	Assessor DAS-2	\$ 44.077,00 + 15%
Marcos de Magalhães Lott	Assessor DAS-2	\$ 44.077,00 + 15%
Newton Humberto Navarro	Diretor DAS-2	\$ 44.077,00 + 20%
Gabriel Lisboa Bacha	Assessor DAS-2	\$ 44.077,00
Nelson Cunha de Almeida	Auxiliar B	\$ 13.227,00
José Felipe	Auxiliar B-DAI	\$ 19.506,00 + 10%
Afonso Celso Silveira	Auxiliar B-DAI	\$ 19.506,00

Total Cr\$ 820.508,00 — Sem os adicionais.

Fora os vencimentos do Juiz Luiz Philippe Vieira de Mello, e outros integrantes de sua famigerada gang...

Justiça do trabalho

O trabalhador ganha mas não leva

A partir das grandes greves do ano passado o governo brasileiro tem adotado uma única cantilena: "Vamos cumprir a lei. A lei acima de tudo. O respeito às decisões da Justiça do Trabalho". E tome intervenções (porque a lei prevê isso), e tome dissídios coletivos e tome índice oficial do governo (porque a lei prevê tudo isso).

Pra gente entender um pouco melhor esse legalismo que assola as esferas governamentais, é preciso começar perguntando: o que é justiça do Trabalho?

Pra começo de conversa, é bom lembrar como são escolhidos seus integrantes, sobretudo os mais graduados (juizes e Presidentes de Tribunais). Aqui a porca já começa a torcer o rabo, pois uma regra existente já vicia pela base a possibilidade de se ter um funcionamento razoável nesse órgão: mesmo os que são dirigidos naquele tipo de trabalho não participam da escolha dos ocupantes de cargos, nem mesmo podem interferir diante de seus desmando, e o povo nem se fala... Isto é suficiente, é a brecha

real para a entrada dos corruptos, dos peixinhos e dos desonestos. O problema, é bom que se diga, não está nas pessoas que ocupam os cargos e sim na forma como tais pessoas são guindadas às posições de mando, ou como são retiradas desses cargos. No caso da Justiça do Trabalho, nos Tribunais é o Presidente da República que nomeia seus integrantes e nas Juntas de Conciliação e Julgamento cabe ao Presidente do respectivo Tribunal Regional a nomeação dos Juizes. Começa aí a possibilidade do tráfico de influência. Os tais representantes classistas — vogais de empregados e empregadores — são indicados pelos sindicatos. A lei estabelece a eleição para compor as listas de onde sai o nomeado. A eleição seria na assembléia da categoria. Não é preciso dizer que nada disso é feito. Mas mesmo que fosse, com esses sindicatos atrelados ao Estado e quando dominados por pelegos, seria essa a solução?

Mas esse não é o único nem o pior problema da Justiça do Trabalho, essa a Justiça que se abate sobre os trabalhadores brasileiros. Pri-

meiro, a questão dos acordos entre patrões e empregados. Supostamente, esses deveriam cumprir a finalidade de apaziguar patrões e operários — em si uma finalidade já meio esquisita, se lembrarmos que entre tais figuras existe um antagonismo impossível de ser conciliado (o lucro de um não repousa na exploração do outro? Então, como supor essa "paz social?") Mas mesmo aceitando que os acordos cumpram algum papel, qualquer pessoa que transitar pelos corredores (imundos ou não, mas sempre apinhados) da Justiça do Trabalho pode ver com seus próprios olhos e caráter desses acordos: é todo mundo pressionando o trabalhador, a começar de sua própria penúria. Qualquer Cr\$ 500,00 hoje é melhor que Cr\$ 2.000,00 daqui há um ano, porque o problema do trabalhador é de como sobreviver hoje. E tome pressão: ameaças dos patrões quando o cara ganha a causa, "conselhos" dos vogais e de empregados achando ótimo o acordo e por aí afora. Por isso a gente costuma dizer que na Justiça do Trabalho empregado ganha, mas não leva.